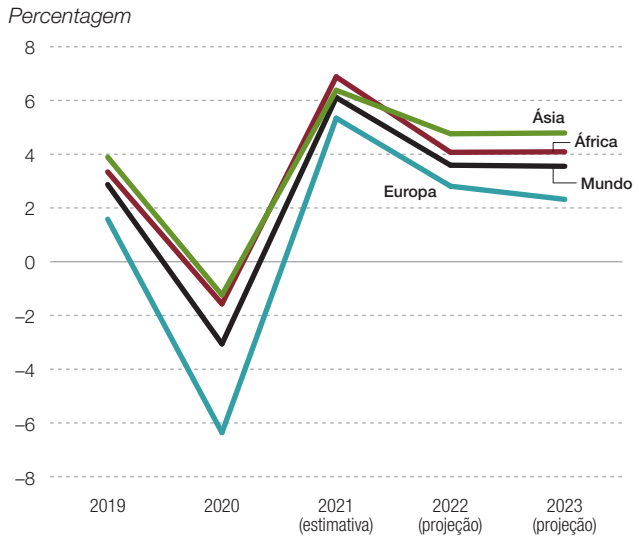
1 DESEMPENHO E PERSPETIVAS ECONÓMICAS EM ÁFRICA

MENSAGENS PRINCIPAIS

- **O PIB de África cresceu, de acordo com as estimativas, 6,9% em 2021, o que constitui uma forte recuperação face à contração de 1,6% induzida pela pandemia que se registou em 2020.** A retoma foi atribuída à subida dos preços do petróleo e à procura global, aliada ao ressurgimento do consumo das famílias e ao investimento na maioria dos países após o alívio das restrições.
- **O crescimento foi mais elevado no Norte de África (11,7%) e na África Oriental (4,8%).** No Norte de África, o crescimento foi impulsionado pelo alívio das tensões políticas na Líbia e pelo correspondente levantamento do bloqueio às exportações petrolíferas no final de 2020, o que, aliado a um choque positivo dos preços do petróleo, refletiu-se numa inesperada expansão dos efeitos de base no PIB do país (177,3%). O crescimento previsto de 4,2% na África Austral constituiu a maior recuperação, face a uma contração de 6,0%, sustentado por uma forte retoma no Botsuana (12,5%), no Zimbabwe (6,3%) e na África do Sul (4,9%).
- **Os fundamentos macroeconómicos melhoraram generalizadamente, mas persistem desafios consideráveis no médio prazo, maioritariamente devido à continuação do efeito da pandemia e da volatilidade induzida pelo impacto do conflito entre a Rússia e a Ucrânia.** Prevê-se que o défice orçamental de África diminua para 4,0% do PIB em 2022, face a 5,1% em 2021, refletindo a diminuição das intervenções relacionadas com a COVID-19 e o fortalecimento das receitas internas. Espera-se que o défice da balança corrente se situe em 2,0% do PIB em 2022 contra 2,4% em 2021, sustentado pela previsão de uma redução do défice comercial e das transferências correntes. As flutuações das taxas de câmbio diminuíram na maioria dos países em 2021, graças a uma melhoria na entrada de fluxos de divisas. A trajetória da dinâmica das taxas de câmbio em 2022 e além depende dos desenvolvimentos nos mercados financeiros internacionais, especialmente tendo em conta o conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Prevê-se que a inflação média acelere para 13,5% em 2022 face a 13,0% em 2021, já que a invasão da Ucrânia pela Rússia desencadeou um forte aumento dos preços das mercadorias, especialmente da energia e dos produtos alimentares.
- **As baixas taxas de vacinação em África estão a impedir uma recuperação económica mais rápida e a aumentar o impacto da COVID-19 na saúde.** As baixas taxas de vacinação em África – 15,3% da população tinham a vacinação completa no final de março de 2022 – são atribuídas a uma combinação de impedimentos do lado da oferta e também do lado da procura. A melhoria das taxas de vacinação é fundamental para reduzir as infeções e a mortalidade e acelerar o ritmo da recuperação económica.
- **Um conjunto de políticas que visa acelerar o acesso às vacinas e a sua implementação, dar resposta às vulnerabilidades da dívida por intermédio de mecanismos globais reconfigurados e reforçados, bem como aos efeitos das alterações climáticas, e apoiar as famílias e empresas vulneráveis continuam a ser fatores críticos para impulsionar a recuperação económica pós-COVID-19.** Estas políticas têm por objetivo ajudar as indústrias farmacêuticas nacionais a produzirem vacinas localmente e a abordar os obstáculos na ministração da vacina; acelerar as reformas da governação e melhorar a gestão financeira pública ao mesmo tempo que reforçam a eficiência do investimento público

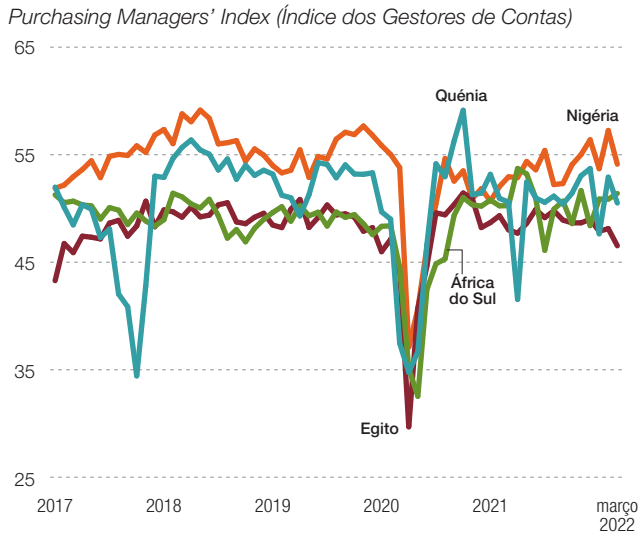
financiado pela dívida; e também coordenar as medidas da política monetária e fiscal, além de assegurar formas inovadoras de mobilizar os recursos internos a fim de fortalecer a margem de manobra orçamental para o investimento em setores orientados para a redução da pobreza.

FIGURA 1.1 Crescimento do PIB real, 2019–2023



Fonte: estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento e Panorama Económico Mundial, janeiro de 2022.

FIGURA 1.2 Índice de Gestores de Compras (IGC) para quatro das seis maiores economias em África, 2017–março de 2022



Fonte: Haver Analytics e IHS Markit.

DESEMPENHO E PERSPETIVAS MACROECONÓMICAS

Desempenho do crescimento e perspetivas

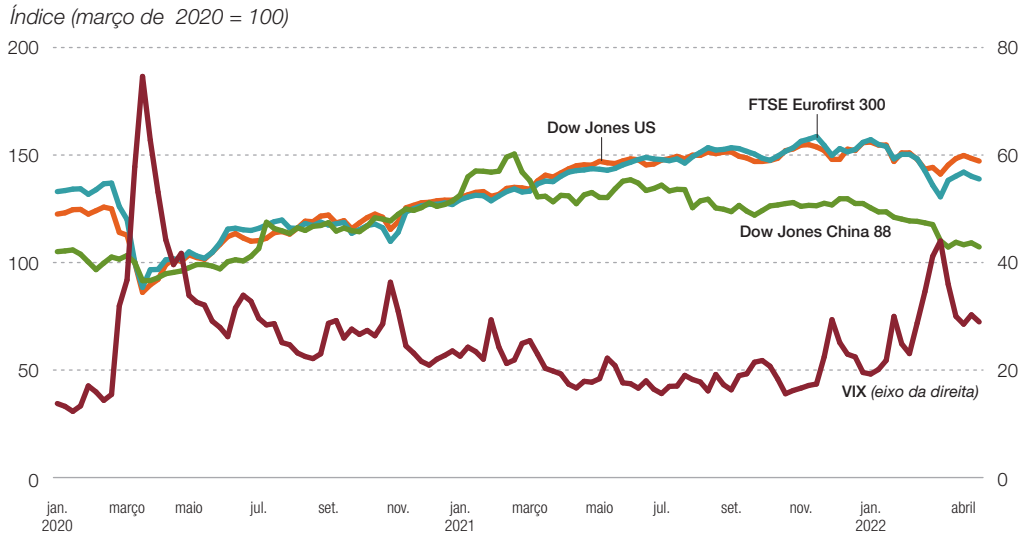
O PIB real de África cresceu, de acordo com as estimativas, 6,9% em 2021, o que constitui uma forte recuperação face à contração de 1,6% registada em 2020. No entanto, esta forte recuperação enfrenta duas grandes crises globais, nomeadamente a persistência da pandemia de COVID-19 e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o que acarreta incertezas adicionais e ameaça desacelerar as promissoras perspetivas de crescimento de África no médio prazo. Por conseguinte, prevê-se que o crescimento recue para 4,1% em 2022 (figura 1.1), refletindo estas incertezas e efeitos de base descendentes, especialmente em países que emergiram fortemente de acentuadas contrações causadas pela pandemia. As perspetivas de crescimento são também afetadas pela persistência da COVID-19, as baixas taxas de vacinação e os efeitos de repercussão do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e as sanções relacionadas com a guerra na economia global. Os resultados do crescimento de 2021 subiram 3,5 pontos percentuais face aos 3,4% previstos no relatório PEA 2021, refletindo a recuperação generalizada. A recuperação foi sustentada por uma retoma da procura global, por preços do petróleo mais altos que beneficiaram as economias exportadoras de petróleo, pelo alívio das restrições ligadas à COVID-19 em muitos países e pelo crescimento associado no consumo e investimento nacionais. Os preços do petróleo foram revistos em alta a fim de refletir as ruturas da oferta e a crescente incerteza no mercado global do petróleo.

O crescimento estimado do PIB real de África em 2021 superou a média mundial e de outras regiões. De acordo com o Panorama Perspetivas Económico Mundial (2022) do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global cresceu 6,1% em 2021, liderada pela Ásia (ver figura 1.1). A forte recuperação em África deve-se à reabertura

quase completa das economias na sequência da diminuição das infeções e mortes por COVID-19. A expansão foi também sustentada por uma forte e inesperada recuperação na Líbia, já que a melhoria das condições políticas do país conduziu a uma retoma da produção e das exportações de petróleo. A melhoria da atividade económica refletiu-se num aumento no Índice de Gestores de Compras (IGC) em quatro das seis maiores economias de África (figura 1.2). Em 2021, o IGC na África do Sul, Egito, Nigéria e Quénia (que, em conjunto, representaram 52% do PIB de África em 2021) esteve acima do padrão de referência de 50 e mais próximo dos níveis pré-pandemia. A recuperação no IGC foi sustentada pelo alívio das restrições à medida que as economias continuam a adaptar-se à pandemia e por medidas políticas que visam impulsionar a retoma económica. A melhoria das condições financeiras globais causada pela descoberta das vacinas contra a COVID-19 desde o terceiro trimestre de 2020 também apoiaram a recuperação de África. A invasão da Ucrânia pela Rússia tem alimentado uma incerteza crescente e aumentou a volatilidade nos mercados financeiros e de capitais, com este último a responder também às expetativas de normalização da política monetária nos Estados Unidos e na zona euro. Consequentemente, na sequência do eclodir do conflito entre a Rússia e a Ucrânia em fevereiro de 2022, o IGC para quatro das seis maiores economias de África diminuiu em março de 2022. O impacto da guerra reflete-se também na debilitação dos mercados financeiros globais (figura 1.2 e figura 1.3). A caixa 1.1 demonstra o impacto do conflito entre a Rússia e a Ucrânia em África.

A recuperação de África foi também sustentada por um comércio global melhorado e pelo aumento dos preços das mercadorias. A recuperação de 10% do comércio global em 2021 melhorou a procura externa pelas principais mercadorias de África, especialmente da parte dos seus principais parceiros comerciais (China, zona euro e Estados Unidos). O crescimento do comércio global elevou os preços das mercadorias face aos níveis de 2020, especialmente os preços da energia e dos metais (figura 1.4). Consequentemente, o crescimento nos exportadores líquidos de mercadorias está estimado em 8,1% em 2021, invertendo as perdas de 2020, quando a produção real caiu 1,0%. A recuperação sustentada também inverteu as perdas no PIB real per capita em 2020: o rendimento per capita cresceu 4,4% em 2021 após uma contração de 4,1% em 2020 (figura 1.5). A este ritmo de crescimento, o

FIGURA 1.3 Indicadores do mercado global de capitais, janeiro de 2020–março de 2022



O VIX é o Índice de Volatilidade da Chicago Board Options Exchange (CBOE).

Fonte: estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento e Haver Analytics.

CAIXA 1.1 Guerra da Rússia na Ucrânia e impactos em África

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia teve início num momento em que a economia global estava a recuperar gradualmente dos efeitos negativos da pandemia de COVID-19 e que a procura reprimida por um impasse persistente nas cadeias de valor globais suscitou um aumento nos preços das mercadorias, alimentando fortes pressões inflacionárias. A invasão da Ucrânia pela Rússia e correspondentes sanções no país impuseram custos e volatilidade à economia global, transmitidos através de três principais canais: preços das mercadorias energéticas e não energéticas, perturbações na cadeia de abastecimento e mercados financeiros. Estes aspetos têm implicações diretas e indiretas nas economias africanas.

Tanto a Rússia como a Ucrânia são agentes fundamentais do mercado agroalimentar global e representam mais de 25% do comércio mundial de trigo, mais de metade do comércio global de óleo de girassol e 30% das exportações globais de cevada[1]. Este domínio coloca um desafio de peso ao continente africano. Em 2020, o trigo e o milho representavam 41,6% (ou 3,5 bilhões de dólares americanos) do total das exportações de mercadorias da Rússia (8,5 bilhões de dólares americanos) para África. No caso da Ucrânia, o trigo, o milho e as gorduras e óleos vegetais constituíam 58% das suas exportações (3,8 bilhões de dólares americanos) para África.

Na sequência das perturbações na produção ou no transporte de produtos agrícolas de ambos os países, os preços alimentares subiram em flecha para níveis recorde. Em abril de 2022, os preços globais do trigo e do milho estavam, respetivamente, 72,5% e 21,9% mais altos do que em igual período de 2021. Num continente em que 50%-70% das despesas das famílias são canalizadas para os produtos alimentares, as perturbações na produção e cadeia de abastecimento de produtos agrícolas terão implicações para a segurança alimentar e a inflação, bem como para a pobreza, especialmente nos países de baixo rendimento de África que dependem da Rússia e da Ucrânia para as importações de alimentos e outros produtos agrícolas[2]. A subida dos preços dos alimentos desencadeou pressões inflacionárias, o que poderá exacerbar a desnutrição e a pobreza entre as pessoas pobres de África, que atribuem uma maior proporção dos seus rendimentos familiares aos alimentos.

No entanto, o aumento dos preços dos alimentos, da energia e de outras mercadorias irá criar vencedores e perdedores por todo o continente africano. Os países exportadores de energia têm a ganhar com os preços mais altos do que o previsto, desde que estes países tenham excesso de capacidade de produção para responder ao choque de preços positivo e reforçar os ganhos das exportações. Para os países importadores líquidos de alimentos e de energia, os preços mais altos da energia e de outras mercadorias, aliados a um bloqueio prolongado nas cadeias de abastecimento globais, poderão exacerbar as pressões inflacionárias. Tendo em conta que a maioria dos países africanos são importadores líquidos de energia, já que exportam crude e importam produtos petrolíferos refinados devido à ausência de capacidade nacional de refinação, os impactos económicos gerais são negativos. De facto, se os países exportadores líquidos de petróleo e de outras mercadorias puderem vir a beneficiar de preços mais altos, o impacto nos seus pares importadores líquidos de energia e mercadorias poderá anular estes ganhos, resultando numa inflação mais alta e na diminuição da atividade económica. Estas condições poderão abrandar a recuperação económica dos impactos da pandemia de COVID-19. Os países exportadores líquidos de crude com regimes de subsídio do combustível poderão sofrer choques fiscais devido aos preços mais altos dos produtos petrolíferos refinados.

Além dos preços da energia e das mercadorias, tanto a Rússia como a Ucrânia são importantes fontes de matérias-primas como elementos do grupo da platina, níquel e gás néon, componentes críticos para o fabrico de peças usadas na indústria automóvel, eletrónica de consumo e dispositivos de energias renováveis. Em países como a África do Sul e Marrocos, a produção e exportação de veículos deverão ser restringidas pela escassez global que se verifica de peças automóvel vitais, como chips de semicondutores e conversores catalíticos, ao passo que a oferta de produtos de eletrónica de consumo dependentes de chips poderá deparar-se com alguns atrasos e preços elevados.

Notas

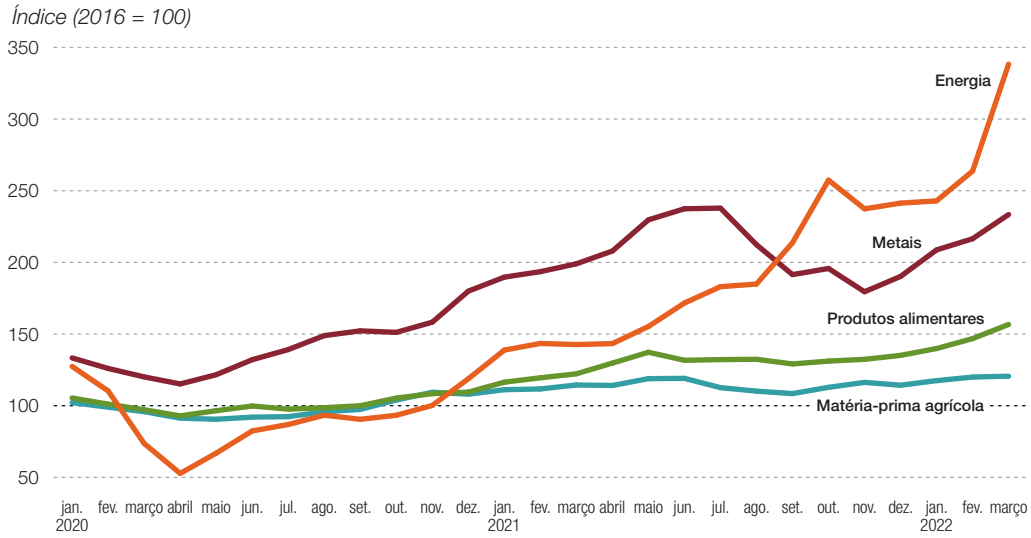
1. A Rússia (18%) e a Ucrânia (8%) foram responsáveis por mais de um quarto das exportações globais de trigo em 2020. Os dois países são importantes produtores (contribuindo com mais de 15% para a produção global de milho) e exportadores (contribuindo com mais de 17% para as exportações globais

(continuada)

de milho) – Ucrânia (15% e em 4.º lugar) e Rússia (2,3% e em 6.º lugar). Quase 60% da produção mundial de óleo de girassol tem lugar na Ucrânia e na Rússia e os dois países respondem por mais de 75% das exportações mundiais.

2. Estimativas da CNUCED sugerem que 25 países africanos, incluindo muitos países menos desenvolvidos, importam mais de um terço do seu trigo dos dois países e que 15 destes importam mais de metade. O Egito, o maior importador mundial de trigo, com uma despesa anual de 4 bilhões de dólares americanos, foi responsável por quase metade das importações de trigo de África provenientes da Rússia em 2020, seguido pelo Sudão, Nigéria, Tanzânia, Argélia, Quénia e África do Sul.

FIGURA 1.4 Índices dos preços globais das mercadorias, janeiro de 2020–março de 2022

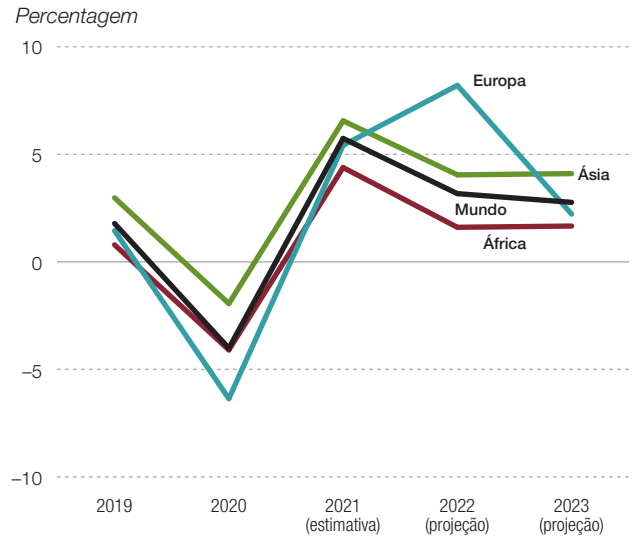


Fonte: cálculos da equipa baseados na base de dados do Panorama Económico Mundial e na base de dados de mercadorias do Banco Mundial.

continente irá exceder o rendimento per capita pré-pandemia em 2022 e 2023.

As políticas nacionais favoráveis, fundamentais para melhorar os meios de subsistência, também contribuíram para a recuperação. Por exemplo, os pacotes de estímulo fiscal e os cortes nas taxas de juro diretoras pelos bancos centrais visando impulsionar o crescimento do crédito ajudaram a mitigar o impacto da pandemia. Os bancos centrais também implementaram intervenções políticas não convencionais, como injeções de liquidez diretas no sistema bancário, extensões de moratórias nos pagamentos dos empréstimos por parte de empresas e famílias gravemente afetadas e recompras de títulos de dívida pública. O recente aumento nos preços do consumidor, impulsionado principalmente pelos alimentos e outras mercadorias, pode, contudo, limitar a margem de manobra para uma maior flexibilização da política monetária.

FIGURA 1.5 Crescimento do PIB real per capita de África, 2019–2023



Fonte: estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento, Atualização do Panorama Económico Mundial, janeiro de 2022, e estimativas da Divisão para a População das Nações Unidas.

Lado da procura e decomposição setorial do crescimento

Os principais catalisadores do crescimento em 2021 foram o consumo privado e o investimento no lado da procura e os serviços e a indústria no lado da oferta

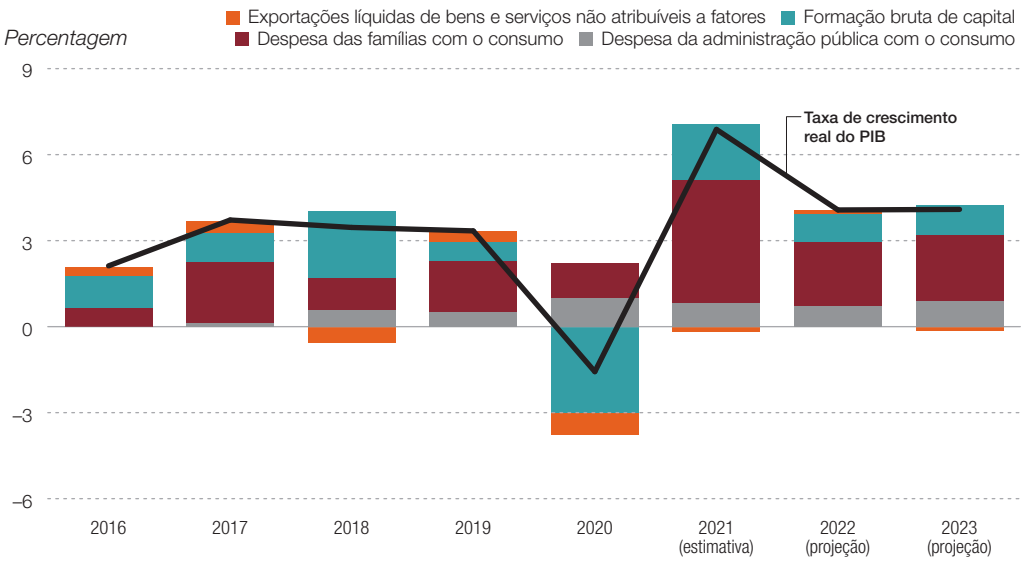
Após um colapso durante a pandemia, o ritmo da procura interna, ou seja, o consumo privado e o investimento, recuperou fortemente em 2021. Uma procura interna mais forte refletiu um crescimento geral na atividade económica, com os serviços e a indústria a liderar o crescimento no lado da oferta. A expansão estimada de 4,3% no consumo das famílias contribuiu com 62,1% para o crescimento geral do PIB, ao passo que o crescimento de 2,0% na formação bruta de capital representou 28,5% (figura 1.6) No lado da oferta, os serviços cresceram 4,4%, representando 63,6% do crescimento geral do PIB, e a indústria cresceu 1,5%, respondendo por 22,4% do crescimento geral do PIB (figura 1.7). No curto a médio prazo, o ambiente inflacionário reforçado poderá exercer impacto no consumo das famílias e as perturbações na oferta causadas por atrasos na reabertura de plataformas de fabrico e comércio fundamentais na China poderão exercer impacto na produção industrial.

O crescimento apresenta variações acentuadas em função dos países, das regiões e dos agrupamentos de países

A retoma económica foi mais forte no Norte de África, com um crescimento estimado em 11,7% em 2021 (figura 1.8, painel da esquerda). A forte recuperação da região foi amplamente atribuída à Líbia, graças a uma sólida recuperação nas atividades do setor petrolífero, na sequência da resolução do impasse político que durou uma década, o que levou ao levantamento do bloqueio das exportações de petróleo no final de 2020. Prevê-se que o crescimento no Norte de África desacelere para 4,5% em 2022, refletindo largamente efeitos de base descendentes em países como a Líbia (3,5%) e Marrocos (1,8%), apesar de um forte crescimento no Egito (5,7%) apoiado por uma melhoria do comércio com a União Europeia, o seu maior parceiro comercial, e na Mauritânia (4,8%) devido a um aumento do turismo (figura 1.8, painel direito). No entanto, preços do petróleo mais altos irão impulsionar o crescimento da região e beneficiar a Líbia e a Argélia. A Líbia irá também ganhar com os dividendos da paz resultantes da redução da incerteza política.

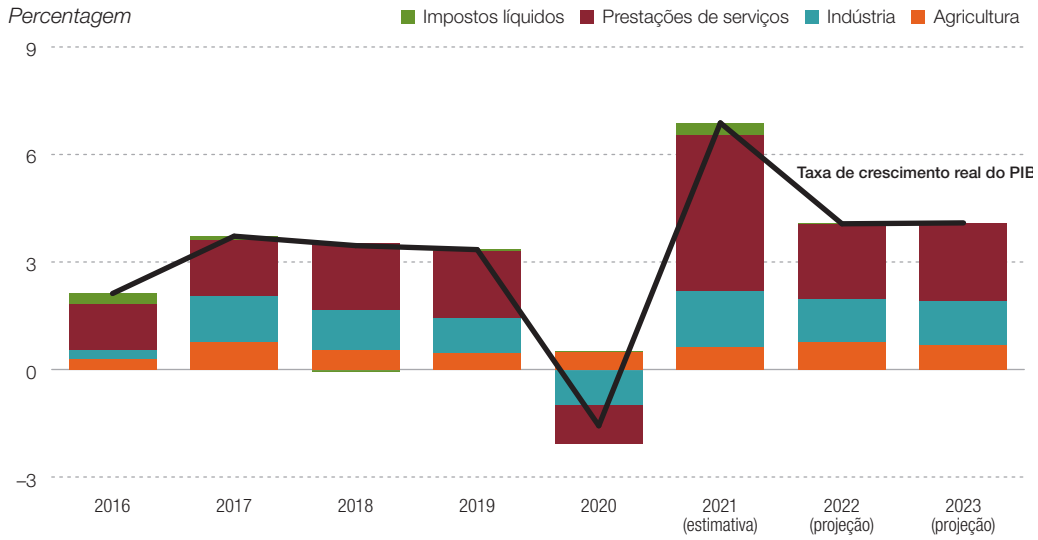
A diversificação económica na África Oriental protegeu a região do choque pandémico de 2020, com o apoio de uma despesa pública sustentada

FIGURA 1.6 Decomposição do crescimento do PIB no lado da procura, 2016–2023



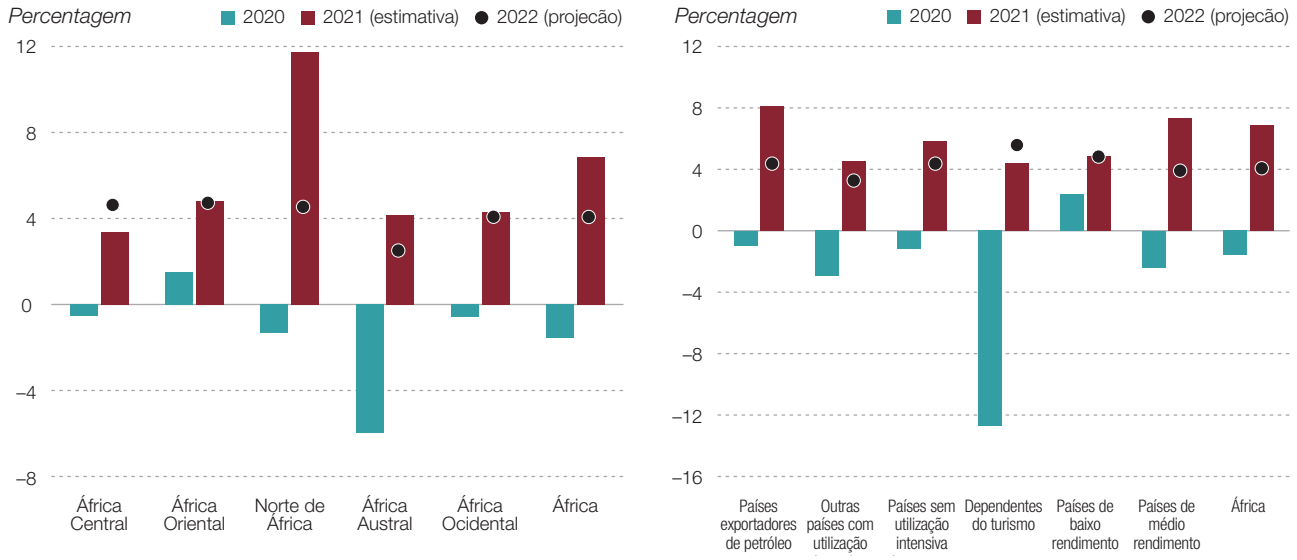
Fonte: estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento.

FIGURA 1.7 Decomposição setorial do crescimento do PIB, 2016–2023



Fonte: estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento.

FIGURA 1.8 Crescimento do PIB em África, por região e agrupamento de países, 2020–2022



Fonte: estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento.

em projetos de infraestrutura importantes. Laços comerciais mais estreitos no seio da região e um forte desempenho agrícola foram fundamentais para o crescimento sustentado da região. O PIB real cresceu a um valor estimado de 4,8% em 2021 e prevê-se que estabilize em 4,7% em 2022. O Ruanda manteve a sua posição como uma das economias de melhor desempenho, crescendo 10,0% em 2021; prevê-se que a sua economia aumente 6,9% em 2022, fomentada por um significativo desempenho nos serviços. A economia das Seicheles cresceu 7,9% em 2021 e espera-se que aumente 5,0% em 2022, sustentada pelas atividades do setor do turismo e apoiada por uma implementação abrangente da vacinação. Outras economias de forte desempenho são o Quénia

(6,7% em 2021 e 5,9% em 2022), impulsionadas por um investimento público em infraestruturas e pelo consumo privado, e o Uganda (6,0% em 2021 e 4,6% em 2022), beneficiando de uma despesa pública crescente, do consumo das famílias e do investimento no setor do petróleo na sequência da tomada da decisão de investimento final sobre o petróleo em fevereiro de 2022.

Na África Central, o crescimento alcançou, segundo se estima, 3,4% em 2021 e prevê-se que ascenda aos 4,6% em 2022. Todos os países da região exceto o Congo recuperaram em 2021, graças a um aumento do comércio tanto de matérias-primas petrolíferas como não petrolíferas. A economia da República Democrática do Congo cresceu a um valor estimado de 5,7% em 2021 e prevê-se que o seu crescimento acelere para 6,2% em 2022, impulsionada por investimentos sustentados no setor da indústria mineira e pelos preços em ascensão do cobre e do cobalto. Os setores da agricultura e dos serviços na República Democrática do Congo também recuperaram fortemente. Nos Camarões, estima-se que o PIB real tenha aumentado 3,5% em 2021 e prevê-se que cresça ainda mais em 2022, para 3,8%, sustentado pela recuperação das exportações de mercadorias petrolíferas e não petrolíferas.

O crescimento na África Ocidental foi impulsionado maioritariamente pela Nigéria, a maior economia da região. O crescimento médio na região foi de 4,3% em 2021 e prevê-se que se mantenha sólido em 2022, no valor de 4,1%. Estima-se que a economia da Nigéria tenha crescido 3,6% em 2021 e prevê-se que aumente 3,4% em 2022, beneficiando dos elevados preços do petróleo, da recuperação nos serviços e na produção e do apoio político na agricultura. Contudo, o efeito do aumento dos preços do petróleo pode ser contrabalançado por obstáculos na produção causados por desafios técnicos e insegurança nas regiões produtoras de petróleo. O Gana e a Costa do Marfim regressaram a uma trajetória de maior crescimento, com aumentos de 5,0% e 7,4%, respetivamente, em 2021. Prevê-se que o crescimento nestes dois países se mantenha sólido em 2022, apoiado por preços do cacau favoráveis e por uma recuperação na construção e na produção.

A África Austral, a região mais duramente atingida pela pandemia, teve um crescimento do PIB estimado em 4,2% em 2021, com a economia da África do Sul a ostentar um forte crescimento, chegando quase aos 5%, o mais elevado desde 2007, refletindo os fortes estímulos fiscais. Prevê-se que o crescimento na região desacelere para 2,5% em 2022, com a extinção dos efeitos destes estímulos, especialmente na África do Sul, onde se estima um crescimento de 1,9%. O Botsuana, com um crescimento de 12,5%, e a Maurícia, com um crescimento de 4,0%, encontravam-se entre as economias de maior desempenho em 2021. Prevê-se que ambos os países cresçam fortemente, com valores de 4,2% e 6,2% em 2022. A recuperação do crescimento na região foi impulsionada largamente pelo aumento dos preços e pela procura global por produtos metálicos e não metálicos, e também pela implementação da vacinação, que contribuiu para o crescimento no turismo.

Nos vários agrupamentos de países, as economias dependentes do turismo cresceram 4,4% em 2021, lideradas pelas Seicheles e por Cabo Verde. Fundamental para o crescimento deste agrupamento foi o alívio das restrições aos turistas em comparação com destinos concorrentes tanto para mercados de turismo tradicionais como novos, especialmente o Médio Oriente. Estes países apresentam algumas das taxas mais elevadas de pessoas com a vacinação completa no continente, o que diminuiu os receios de contágio e aumentou a segurança das viagens internacionais. Estes fatores, combinados com elevadas taxas de vacinação nos mercados de origem, continuarão a sustentar o crescimento em 2022, que está previsto situar-se em 5,6%.

As economias sem utilização intensiva de recursos compreendem algumas das economias mais diversificadas de África. O crescimento médio deste agrupamento foi estimado em 5,8% em 2021, sustentado pela retoma das atividades produtivas e por estímulos fiscais sólidos que visam apoiar a procura nacional. O Benim, Cabo Verde, a Costa do Marfim, Marrocos e o Ruanda apesentaram taxas de crescimento acima dos 7%. Prevê-se que o crescimento neste agrupamento desacelere para 4,4% em 2022, apoiado pela expansão da produção industrial e agrícola,

por uma despesa pública sustentada em projetos de infraestrutura e por um crescimento continuado do turismo e do comércio inter-regional.

O crescimento nos países exportadores de petróleo foi estimado em 8,1% em 2021, refletindo a forte recuperação pós-pandemia na Argélia e na Nigéria e os efeitos de base da expansão extrema da Líbia, situada em 177,3%. O crescimento da Nigéria foi liderado em grande parte pelos serviços, compensando parcialmente a contração da produção de petróleo, ao passo que a Argélia, os Camarões, o Egito e a Líbia beneficiaram da subida vertiginosa dos preços do petróleo e de uma forte produção nacional de petróleo. Prevê-se que o crescimento deste agrupamento ascenda a 4,4% em 2022, mas poderá ser superior se estes países aumentarem a produção de petróleo para tirar partido da quebra global criada pela guerra e sanções relacionadas impostas à Rússia.

Estima-se que outras economias com utilização intensiva de recursos, na maioria dependentes de produtos metálicos e minérios, tenham crescido 4,5% em 2021, já que os preços destas mercadorias alcançaram níveis recorde. O Botsuana, o Burkina Faso e o Zimbabwe cresceram a taxas superiores a 6,0%, mas este forte crescimento foi prejudicado por um crescimento mais lento no Sudão (0,5%) e noutros países. As perspetivas para 2022 apontam para uma ligeira desaceleração, com o crescimento do PIB médio estimado em 3,3% para este agrupamento. Contudo, os resultados do crescimento poderão ser mais elevados se o aumento dos preços das mercadorias persistir.

Riscos e fatores favoráveis para as perspetivas de crescimento

As previsões de crescimento para África estão sujeitas a um elevado grau de incerteza, o que reflete em grande parte a evolução da pandemia de COVID-19 (emergência de variantes novas e mais contagiosas e baixo acesso à vacinação e sua implementação); as vulnerabilidades da dívida soberana e os elevados níveis da dívida em muitos países africanos, limitando a capacidade de os países impulsionarem a despesa e o financiamento após a recuperação da COVID-19; potenciais repercussões da contenção das condições financeiras globais devido aos elevados riscos de inflação nas economias desenvolvidas; o conflito entre a Rússia e a Ucrânia e as sanções relacionadas com a guerra na Rússia; preocupações climáticas e ambientais e outras ruturas exógenas, que causariam danos graves na produção nacional em virtude da elevada dependência das economias africanas da agricultura (capítulos 2 e 3); e questões sociopolíticas e de segurança internas e externas, incluindo uma continuação de determinados conflitos políticos em África e o conflito entre a Rússia e a Ucrânia.

Contudo, as perspetivas do crescimento económico de África poderiam ser reforçadas por uma implementação da vacinação em massa no continente e nas regiões do mundo que ainda não a alcançaram, permitindo uma maior normalização da atividade socioeconómica; apoio monetário e fiscal adicional; uma resolução abrangente do problema da dívida; maiores esforços para acelerar a transformação estrutural; e uma recuperação económica global mais forte do que a esperada.

Taxas de câmbio, inflação, política monetária e posições fiscais

Quase dois terços das economias de África testemunharam uma depreciação da taxa de câmbio em 2021

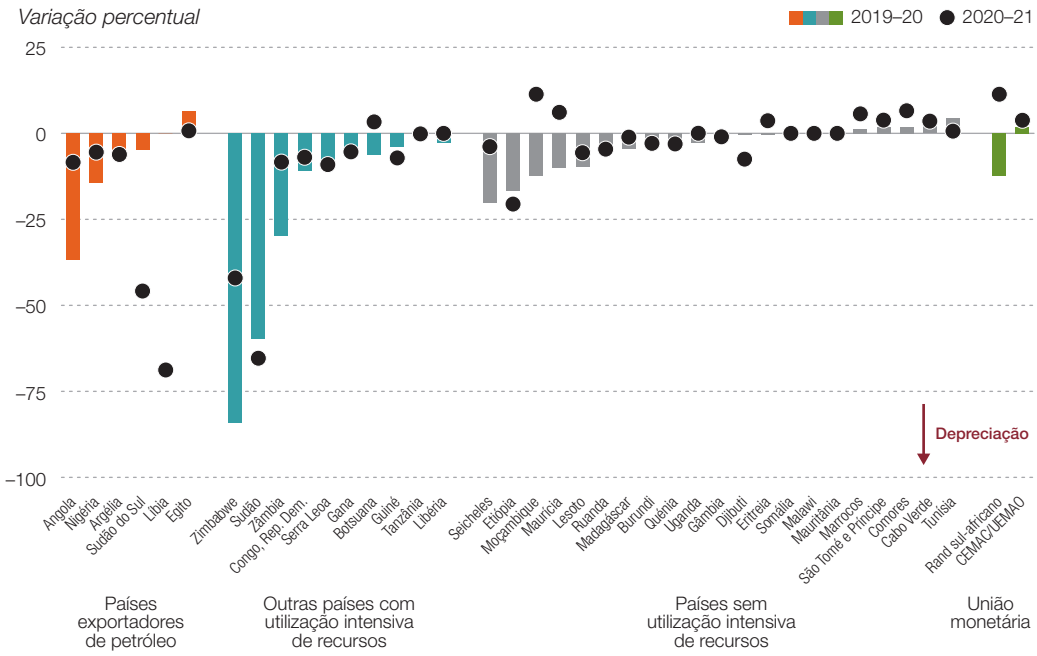
Apesar da recuperação económica, a depreciação da moeda prosseguiu em quase dois terços dos países africanos[1] em 2021, designadamente em países exportadores de mercadorias (exportadores de petróleo e outros não exportadores de petróleo), mesmo com o aumento da entrada de fluxos de divisas decorrentes da recuperação dos preços das mercadorias e das exportações (figura 1.9). A depreciação da moeda reflete a atual debilidade das posições da balança corrente e uma incerteza global acrescida. Os países com uma depreciação mais elevada também sofreram pressões inflacionárias mais altas, o que sugere fortes repercussões. A depreciação da taxa de câmbio em economias sem utilização intensiva de recursos foi muito mais baixa e algumas registaram até uma ligeira apreciação, à medida que recuperavam lentamente da crise económica causada pela pandemia. A incerteza

global agravou-se na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, causando instabilidade nos mercados financeiros internacionais e exercendo uma pressão descendente nas moedas de muitos países africanos. No curto a médio prazo, as moedas de muitos países africanos poderão sofrer pressões adicionais com a normalização da política monetária nas economias desenvolvidas a moderar as pressões inflacionárias. Este aspeto poderá exacerbar as pressões inflacionárias em países onde as repercussões da taxa de câmbio na inflação nacional são relativamente fortes. A depreciação das moedas teria implicações nos custos com o serviço da dívida para os países africanos, criando riscos fiscais adicionais.

Prevê-se que a inflação diminua no médio prazo após uma subida em 2020 e 2021

Estima-se que a inflação de preços no consumidor média em África tenha aumentado 2,2 pontos percentuais para 13,0% em 2021, face a 10,8% em 2020 (figura 1.10). O aumento reflete uma combinação de preços dos alimentos locais mais altos devido a uma escassez da oferta local causada pela seca e um aumento nos preços globais dos alimentos e da energia. Outros elementos que contribuem para a situação são a política monetária acomodatícia para diminuir os impactos negativos da pandemia e o efeito de repercussão da depreciação da taxa de câmbio nos preços das importações em alguns países. Prevê-se que a inflação cresça ainda mais para 13,5% em 2022, refletindo a subida vertiginosa dos preços globais das mercadorias causada por disparidades entre a oferta e a procura e perturbações na oferta, exacerbadas pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os renovados confinamentos relacionados com a COVID-19 na China conduziram ao encerramento de plataformas de fabrico e comércio fundamentais, agravando a pressão colocada nas cadeias de abastecimento. No entanto, a inflação de África irá continuar a crescer, dependendo da duração do conflito na Ucrânia, da redução dos bloqueios nas cadeias de abastecimento globais e do impacto associado sobre os preços das mercadorias, bem como da postura política em diferentes países para mitigar estes impactos.

FIGURA 1.9 Variações das taxas de câmbio, 2019–2020 vs. 2020–2021



A CEMAC é a Comunidade Económica e Monetária da África Central. A UEMAO é a União Económica e Monetária da África Ocidental.

Fonte: estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento.

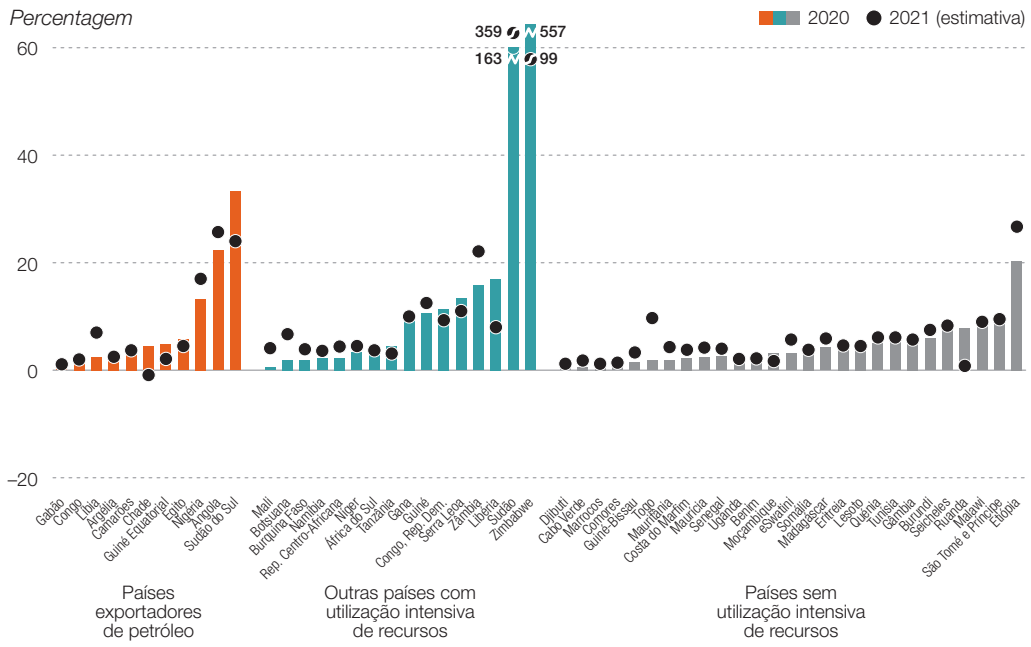
A política monetária na maioria dos países africanos tem apoiado a recuperação

A maioria dos bancos centrais nos países africanos com uma inflação em declínio ou relativamente estável manteve ou diminuiu as taxas de juro diretoras desde janeiro de 2020, tendo-se verificado os maiores cortes na Libéria (10 pontos percentuais) e no Egito (4,5 pontos percentuais; figura 1.11). Entre as exceções contam-se Angola e Moçambique, que elevaram as taxas de juro diretoras 4,5 pontos percentuais e 0,5 pontos percentuais, respetivamente, entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021, devido ao aumento das pressões inflacionárias. Alguns bancos centrais, como os do Gana, da Maurícia, do Ruanda e da África do Sul, também implementaram intervenções políticas não convencionais, incluindo injeções de liquidez diretas no sistema bancário, moratórias nos pagamentos dos empréstimos por parte de empresas e famílias gravemente afetadas e recompras de títulos de dívida pública. No entanto, com os aumentos recentes dos preços no consumidor, impulsionados em grande parte pelos elevados preços dos alimentos e de outras mercadorias, as autoridades monetárias têm limitado espaço de manobra para implementar uma política mais acomodatícia e têm de navegar cautelosamente à medida que a recuperação se fortalece. Tal implicará uma postura política monetária mais apertada em países onde as expetativas da inflação excedem os objetivos da inflação no médio a curto prazo, mas poderá resultar em custos não intencionais na recuperação económica. De uma maneira geral, a convolução de fatores que abalam a economia global e suas implicações em África testa a potência das ferramentas políticas tradicionais concebidas para abordar desafios em épocas normais. Os desafios desencadeados pela multiplicidade de riscos exigem uma resposta política não convencional que alie conhecimentos nacionais a uma coligação e uma abordagem globais direcionadas para o futuro para inverter a tendência.

Prevê-se que as posições fiscais melhorem gradualmente

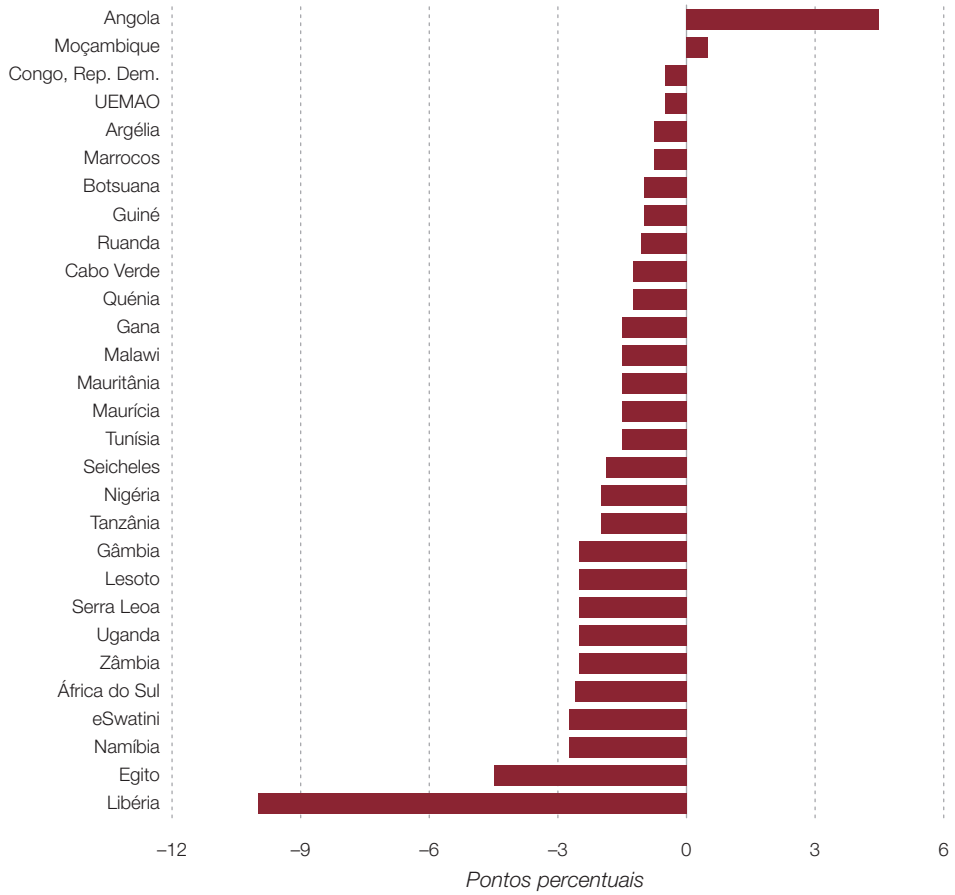
Os défices orçamentais agravaram-se acentuadamente em 2020 devido às intervenções relacionadas com a COVID-19 (figura 1.12). Desde o surgimento da pandemia, os governos africanos implementaram estímulos fiscais, mas, num cenário de diminuição das receitas, os défices

FIGURA 1.10 **Inflação de preços no consumidor, 2020 vs. 2021**



Fonte: estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento.

FIGURA 1.11 Variações das taxas de juro diretoras, janeiro de 2020 a dezembro de 2021



A UEMAO é a União Económica e Monetária da África Ocidental.

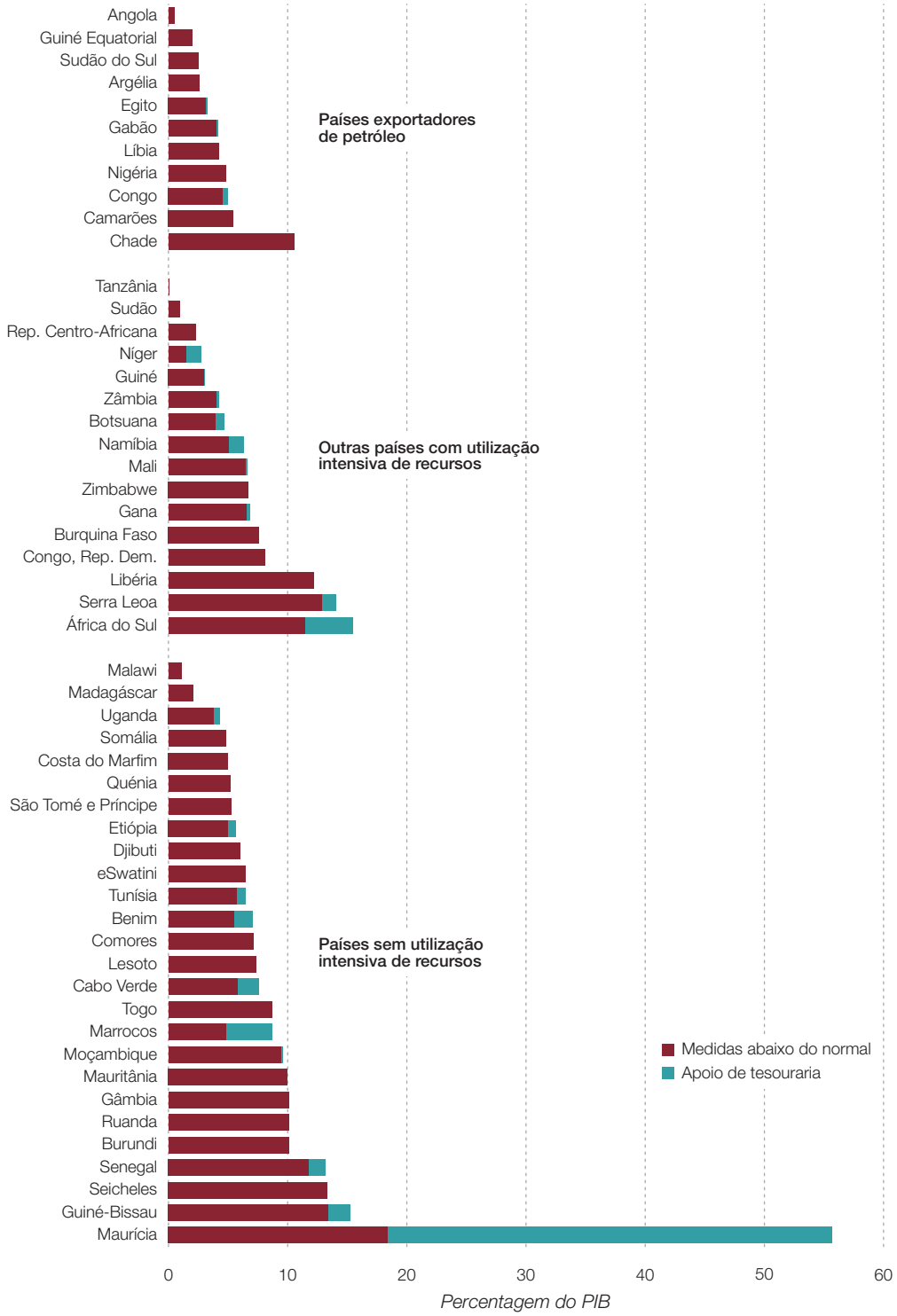
Fonte: base de dados Estatísticas Financeiras Internacionais (FSI) do Fundo Monetário Internacional, estatísticas da Haver, setembro de 2021.

orçamentais aumentaram para 7,2% do PIB em 2020 face a 4,3% em 2019.

Muitos dos estímulos constituíam medidas "acima do limiar"[2], estimadas em 6,2% do PIB em setembro de 2021. Estima-se que a despesa adicional ou as receitas perdidas se situem em 0,8% do PIB no setor da saúde e em 2,4% do PIB noutros setores não relacionados com a saúde. As medidas fiscais foram mais elevadas nas economias dependentes do turismo, em média, com a Maurícia a atribuir mais de metade do seu PIB ao apoio fiscal relacionado com a COVID-19. Os países exportadores de petróleo lançaram pacotes de menor dimensão, variando entre 0,5% e 12,2% do PIB.

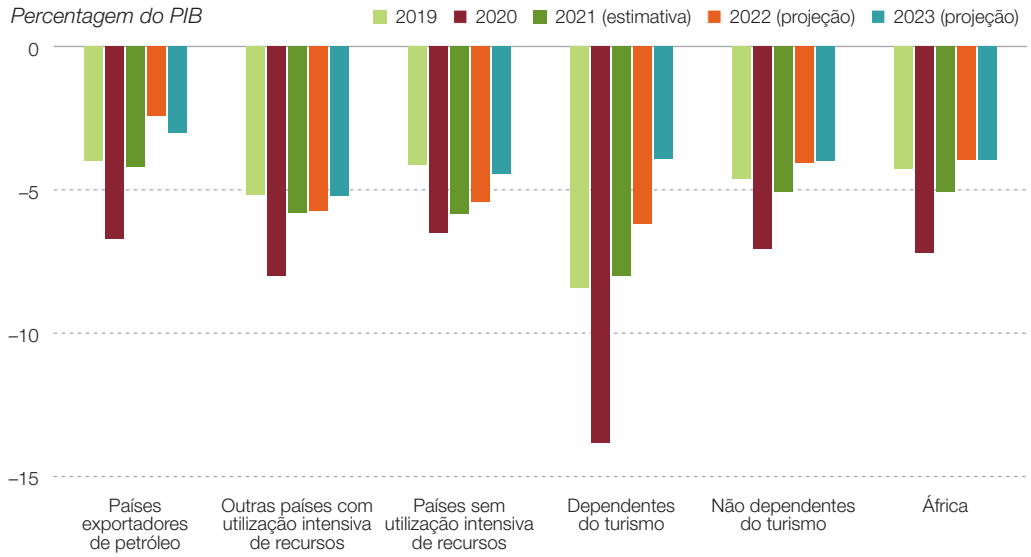
Em 2021, os défices orçamentais estreitaram-se marginalmente em alguns países, apoiados pela recuperação económica e melhoria correspondente nas receitas. No entanto, o défice médio estimado para o continente permaneceu acima dos níveis pré-pandemia, em 5,1% do PIB em 2021 face a 4,3% em 2019. Calcula-se que os défices orçamentais tenham caído de 6,7% do PIB em 2020 para 4,2% em 2021 nos países exportadores de petróleo e de 8,0% do PIB para 5,8% noutros países com utilização intensiva de recursos (figura 1.13). Estes ganhos foram resultado da recuperação na quota das receitas das mercadorias. Os países dependentes do turismo também beneficiaram da melhoria das receitas, estimando-se que o seu défice orçamental médio tenha alcançado os 8% do PIB em 2021 face a 13,8% em 2020. Prevê-se que o défice orçamental médio em África diminua para 4% do PIB ao longo dos próximos dois anos, abaixo

FIGURA 1.12 Medidas fiscais tomadas como resposta à COVID-19, setembro de 2021



Fonte: cálculos da equipa com base no Monitor Fiscal do Fundo Monetário Internacional.

FIGURA 1.13 Saldo orçamental em percentagem do PIB por agrupamento de países, 2019–2023



Fonte: estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento.

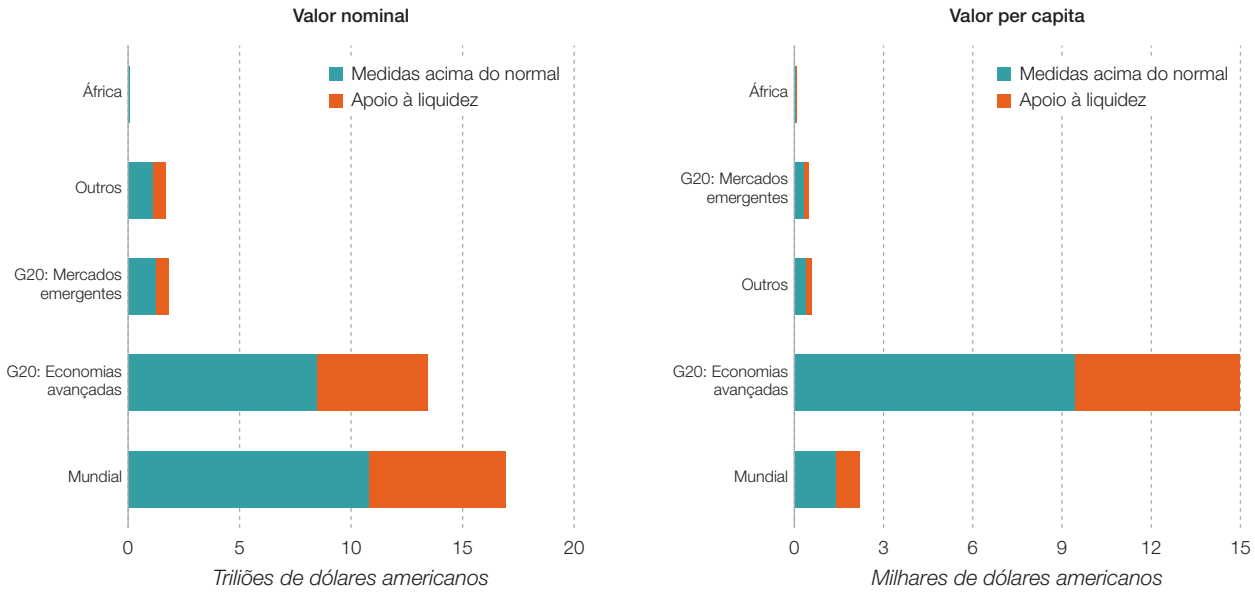
do nível pré-pandemia de 4,3%. A recuperação económica em curso irá contribuir para reforçar as receitas. Contudo, os preços crescentes das mercadorias e as pressões inflacionárias desencadeadas pela crise na Ucrânia representam um forte obstáculo para a situação orçamental no curto a médio prazo, especialmente para as economias importadoras líquidas de mercadorias. No longo prazo, os esforços continuados de expansão da base de receitas, aliados à consolidação orçamental, e um melhor direcionamento dos subsídios quando estes constituem parte do kit de ferramentas da política orçamental, oferecem sinais promissores de uma redução mais acentuada da pressão orçamental em África.

A nível global, as medidas fiscais de resposta à pandemia de COVID-19 apresentaram fortes variações

Estima-se que as medidas fiscais implementadas a nível global para combater os efeitos da pandemia se situem em torno dos 17 triliões de dólares americanos, o equivalente a cerca de 19% do PIB global. Dois terços destas medidas revestiram a forma de despesa adicional ou receitas perdidas e as restantes constituem maioritariamente apoio direto à liquidez. A dimensão e composição do apoio fiscal variou bastante por agrupamento de países, refletindo em parte a margem de manobra orçamental e o desenvolvimento económico dos países. As economias desenvolvidas e os mercados emergentes no grupo de países do G20 representam o grosso da resposta fiscal global. Os países em desenvolvimento, incluindo os situados em África, tiveram muitas dificuldades em fornecer este apoio, expondo assim a assimetria na disponibilidade de recursos. A margem de manobra orçamental poderá diminuir ainda mais face a intervenções esperadas para amortecer o impacto adverso do conflito entre a Rússia e a Ucrânia nas economias africanas. Por conseguinte, abordar as debilidades correntes do atual sistema de cooperação global será essencial para partilhar o fardo do risco de pandemia (ver figura 1.14, painel esquerdo) e a crise económica em desenvolvimento criada pela invasão da Ucrânia pela Rússia.

Dos 17 triliões de dólares americanos injetados, quase 13,5 triliões eram provenientes das economias desenvolvidas do G20 e cerca de 1,8 triliões dos mercados emergentes do G20. A maioria dos países, incluindo países em desenvolvimento de baixo rendimento e outros mercados emergentes, responderam por cerca de 1,7 triliões de dólares americanos. O valor total do apoio fiscal nos países africanos foi de 89,5 bilhões de dólares americanos (3,5% do PIB de África e cerca de 0,5% das intervenções fiscais globais), 30 bilhões dos quais para a África do Sul. O apoio fiscal

FIGURA 1.14 Medidas fiscais globais de resposta à pandemia de COVID-19, janeiro 2020–setembro 2021



Fonte: cálculos da equipa com base em dados do Monitor Fiscal do Fundo Monetário Internacional, 27 de setembro de 2021.

desproporcionalmente mais baixo dos governos africanos em relação às outras regiões demonstra mais uma vez as enormes disparidades mundiais na resposta às crises globais. Esta desigualdade é ainda mais evidente em termos per capita, com o apoio fiscal estimado em cerca de 15.000 dólares americanos nas economias desenvolvidas do G20 face a uma média global de 2.202 dólares americanos e apenas 66 dólares americanos em África (figura 1.14, painel da direita).

Além das medidas fiscais, as economias desenvolvidas forneceram mais de 10% do PIB em medidas políticas monetárias não convencionais através dos seus bancos centrais. Em contrapartida, a maioria dos países africanos, que já se deparava com restrições financeiras graves, implementou menos de 2% do PIB em apoio em termos de política monetária para complementar as medidas fiscais.

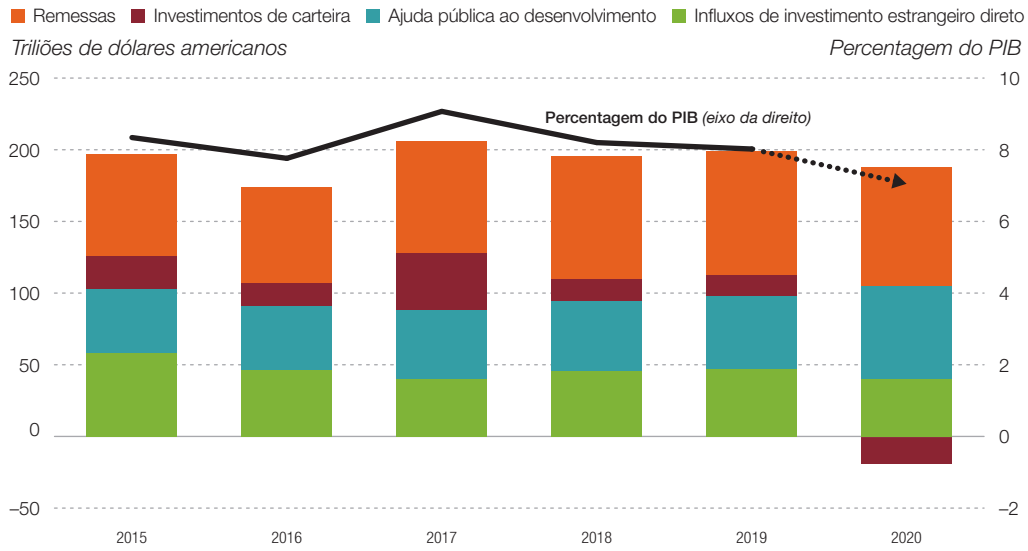
Fluxos financeiros externos para África

No pico da pandemia, as entradas de fluxos financeiros externos diminuíram, ao passo que as incertezas globais crescentes prejudicam a recuperação

Em 2020, o total das entradas de fluxos financeiros externos nos países africanos, sob a forma de Investimento Estrangeiro Direto (IED), investimentos de carteira, Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e remessas, caiu para 7,1% do PIB em comparação com 8,0% do PIB em 2019 (figura 1.15). Este decréscimo ficou a dever-se maioritariamente a uma acentuada queda no IED e nos investimentos de carteira. O IED diminuiu 15,6% em 2020 para 39,8 bilhões de dólares americanos, face a 47,1 bilhões de dólares americanos em 2019, à medida que a pandemia de COVID-19 afetava os investimentos transfronteiriços aos níveis global e regional. Embora o declínio do IED tenha sido generalizado, persistem diferenças consideráveis entre regiões e agrupamentos de países. Registaram-se quedas acentuadas nas economias dependentes do turismo (33,7%) e noutras economias com utilização intensiva de recursos (30,9%). Nas várias regiões, os fluxos de IED diminuíram 26,1% para 10,5 bilhões de dólares americanos em 2020 no Norte de África, face a 14,3 bilhões de dólares americanos em 2019, e 23,9% para 8,8 bilhões de dólares americanos na África Ocidental ao longo do mesmo período.

Os fluxos de IED diminuíram para 6,5 bilhões de dólares americanos em 2020 na África Oriental, o que representa uma queda de 3,9% face a 2019, e para 4,9 bilhões de dólares americanos

FIGURA 1.15 Fluxos financeiros externos para África, 2015–2020



Fonte: estatísticas e cálculos da equipa do Banco Africano de Desenvolvimento.

na África Austral, ou seja, um declínio de 18,5%. A África Central foi a única região que registou um aumento, com entradas de fluxos no valor de 9 bilhões de dólares americanos, face a 8,5 bilhões de dólares americanos em 2019. O aumento das entradas de fluxos no Congo (19,3%) e no Gabão (10,5%) e na República Democrática do Congo (10,7%), refletindo um aumento do investimento nas indústrias extrativas, contribuiu para o crescimento do IED nesta região. De acordo com as estimativas para 2021, o crescimento no IED para países no continente variou entre 0% e 10%[3], muito menos do que a média de 15% para os países em desenvolvimento. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia pode não afetar significativamente os fluxos de IED para África no curto prazo, já que nem a Rússia nem a Ucrânia são grandes investidores globais no continente. Antes da crise entre a Ucrânia e a Rússia, o total de fluxos de IED da Rússia para África representava menos de 1% do IED total do continente, maioritariamente centrado no setor de recursos naturais. No entanto, a crise poderá atrair fluxos de IED para África, especialmente em países dotados de minérios excecionais ou petróleo e gás, à medida que os países ocidentais se afastam das fontes de energia que dependem da Rússia. Este é um bom presságio para o desenvolvimento dos futuros recursos de energia de África.

Os países africanos registaram uma saída de fluxos de 19 bilhões de dólares americanos em investimentos de carteira em 2020 face a uma entrada líquida de fluxos de 14,5 bilhões de dólares americanos em 2019, à medida que os investidores recuavam em busca de mercados mais seguros. As grandes economias de África testemunharam todas elas fortes oscilações entre as entradas de fluxos e as saídas de fluxos entre 2019 e 2020: de 4,13 bilhões de dólares americanos para 8,13 bilhões de dólares americanos no Egito, de 9 bilhões de dólares americanos para 6,8 bilhões de dólares americanos na África do Sul e de 3,1 bilhões de dólares americanos para 3,6 bilhões de dólares americanos na Nigéria. Estas economias sofreram as maiores saídas líquidas de fluxos causadas pela aversão ao risco induzida pela pandemia. As saídas de fluxos líquidas de investimento de carteira persistiram em 2021, alcançando um máximo histórico estimado em 26,7 bilhões de dólares americanos, ou seja, um aumento de 40,2% face a 2020. Tal como acontece com o IED, a Rússia não se encontra entre os principais investidores globais de carteira em África. Consequentemente, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia não deverá exercer qualquer efeito relevante nos fluxos de investimento de carteira. A APD tem sido uma importante fonte de financiamento para a maioria dos países africanos. Embora a maioria dos países doadores tenha enfrentado crescentes

pressões fiscais e necessidades de financiamento nacionais em 2020, a APD para África manteve-se resiliente, crescendo 28% para 64,8 bilhões de dólares americanos em 2020, face a 50,7 bilhões de dólares americanos no ano anterior. Calcula-se que a APD para África tenha subido em 2021. No entanto, existe um risco potencial de as economias desenvolvidas canalizarem os seus recursos para a reconstrução de esforços e ajuda humanitária na Ucrânia em detrimento de cumprirem os seus compromissos da APD em África. Um conflito prolongado poderia assim exercer um significativo efeito de longo prazo nos fluxos da APD para África.

Apesar da pandemia, os fluxos de remessas para África mantiveram-se resilientes em 2020 (devido ao comportamento anticíclico nos países beneficiários e à estabilidade relativa contra os fluxos de capitais), registando um declínio inferior ao previsto no relatório PEA 2021. Estes fluxos ascenderam a 83,6 bilhões de dólares americanos em 2020, apenas 3,9% abaixo dos 87 bilhões de dólares americanos registados em 2019. Embora os fluxos tenham diminuído na África Central (40,4%), na África Ocidental, (18,2%) e na África Oriental (1,3%), uma situação impulsionada em grande parte pela acentuada queda na República Democrática do Congo (46,6%), na Nigéria (27,7%) e no Uganda (25,5%), outras regiões testemunharam um aumento. No Norte de África, as entradas de fluxos de remessas aumentaram 9,6%, lideradas pela Mauritânia (161,7%), pela Tunísia (15,5%), pelo Egito (10,5%) e por Marrocos (6,5%). As entradas de fluxos de remessas na África Austral também demonstraram resiliência à crise de COVID-19 com um aumento de 7,1%, principalmente devido a ganhos em Angola (133,7%), Zâmbia (37,3%), Zimbabwe (29,3%) e Moçambique (16,4%) e apesar de uma queda de 8,9% na África do Sul. Espera-se que as remessas se mantenham estáveis em 2021 e 2022.

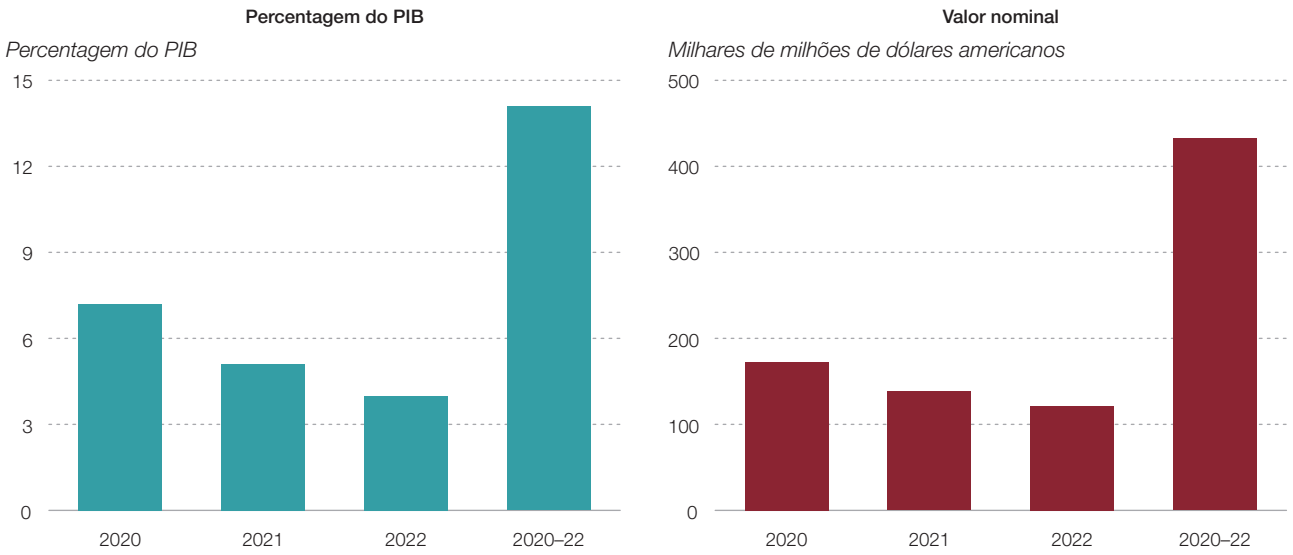
Dívida soberana

A dívida soberana permanece uma ameaça à recuperação apesar das recentes iniciativas de alívio da dívida

Estima-se que o rácio dívida/PIB médio em África tenha chegado aos 71,4% em 2020, face a sistemas de gestão das finanças públicas debilitados, despesas em segurança, inflação elevada, pontos fracos na mobilização de recursos e um aumento da despesa pública causada pela pandemia. No curto a médio prazo, prevê-se que a dívida soberana de África supere os seus níveis pré-pandemia, na medida em que os países necessitam de recursos adicionais, estimados em cerca de 432 bilhões de dólares americanos em 2020–2022 (menos do que a estimativa do relatório PEA 2021 de 484 bilhões de dólares americanos, devido, em parte, a posições fiscais melhores do que as esperadas), para dar resposta aos impactos socioeconómicos da pandemia e apoiar a recuperação económica (figura 1.16). De facto, face à margem de manobra orçamental reduzida, o tão necessário apoio político irá continuar a pressionar os níveis da dívida soberana dos países africanos, que se prevê virem a estabilizar em torno dos 70% do PIB em 2021 e 2022 (figura 1.17).

Embora o aumento da dívida seja praticamente universal, os agrupamentos de países demonstram diferenças consideráveis. O acentuado aumento geral em 2020, de quase 10 pontos percentuais, foi impulsionado pelas economias com utilização intensiva de recursos não petrolíferos. Este agrupamento foi o que mais contribuiu para o aumento geral da dívida, alcançando mais de 85,4% do PIB nesse ano. Seguiram-se os exportadores de petróleo (66,7% do PIB) e os países sem utilização intensiva de recursos (65,3% do PIB). Os níveis da dívida nos países sem utilização intensiva de recursos aumentaram significativamente, de 57,4% em 2019 para cerca de 66,1% em 2021, e espera-se que permaneçam elevados no curto prazo. Calcula-se que o rácio dívida pública/PIB médio noutros países com utilização intensiva de recursos tenha caído para 75% em 2021. Este aspeto reflete principalmente declínios em São Tomé e Príncipe (20 pontos percentuais), no Sudão (86 pontos percentuais), na Zâmbia (17 pontos percentuais) e no Zimbabwe (35,1 pontos percentuais) devido a significativos aumentos no PIB nominal em relação à dívida pública denominada em dólares e às obrigações reduzidas do serviço da dívida em 2021, resultantes da ISSD/DSSI. Contudo, o aumento das pressões relacionadas

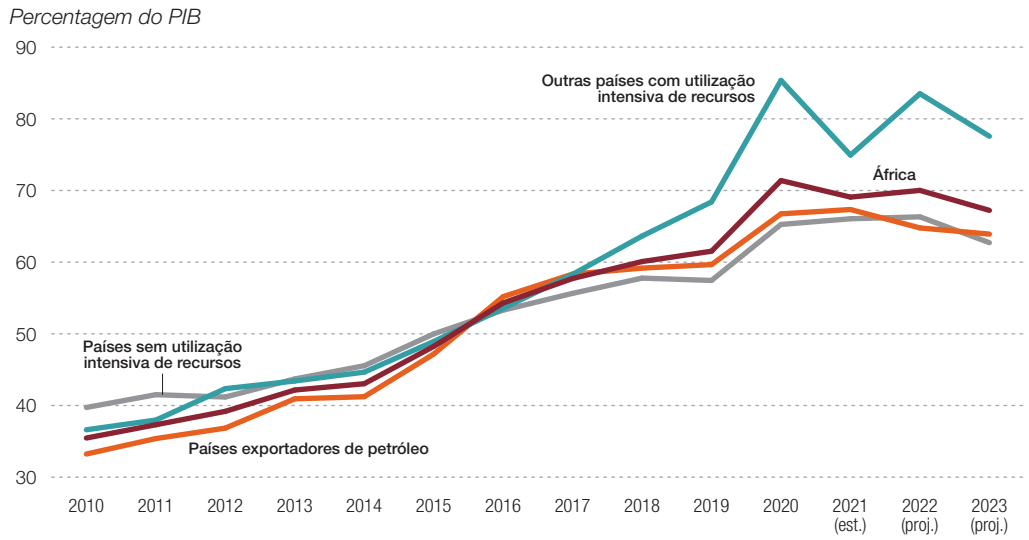
FIGURA 1.16 Recursos adicionais necessários para financiar os défices orçamentais em África, 2020–2022



Nota: as necessidades financeiras são calculadas como o valor monetário necessário para cobrir os défices orçamentais previstos num país. Devido à falta de dados para 2021 e 2022, o cálculo não considerou todas as dívidas de curto prazo, juros e amortizações. Além disso, assumiu-se que os países africanos não tiveram capacidade para colmatar a lacuna de financiamento para 2020, o que por sua vez aumenta as necessidades financeiras gerais para 2020–2022.

Fonte: cálculos da equipa.

FIGURA 1.17 Dívida pública bruta em percentagem do PIB, 2010–2023



Fonte: cálculos da equipa baseados na base de dados do Panorama Económico Mundial do FMI.

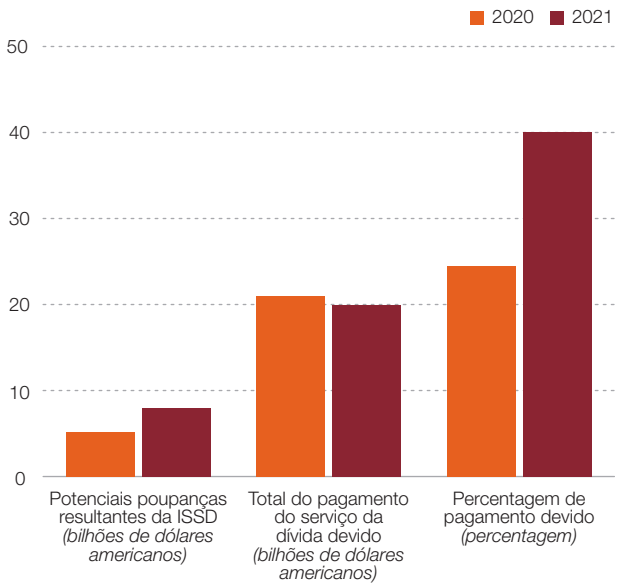
com a depreciação da taxa de câmbio, em especial em importadores líquidos de mercadorias tendo em conta a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, poderá aumentar os custos com o serviço da dívida em muitos países africanos.

A comunidade internacional forneceu a liquidez e o alívio do serviço da dívida temporário tão necessários durante a pandemia, mas tal pode não ser suficiente para evitar que os países caiam no sobre-endividamento. Entre os exemplos do

apoio à liquidez contam-se a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (ISSD), lançada em abril de 2020 e alargada até dezembro de 2021. Estima-se que as potenciais poupanças da ISSD no total dos 38 países africanos elegíveis sejam superiores a 13 bilhões de dólares americanos (figura 1.18), variando de 4,5 milhões de dólares americanos na Libéria a 2,9 bilhões de dólares americanos em Angola. Contudo, embora a ISSD tenha aliviado significativas pressões de liquidez imediatas nas economias africanas, mantém-se superficial, representando as potenciais poupanças das moratórias apenas 24,5% do total dos pagamentos do serviço da dívida dos países africanos para 2020 e 40,1% para 2021 (ver figura 1.18). Além disso, esta paralisação do serviço da dívida representa apenas uma solução temporária porque, com a extinção da ISSD em dezembro de 2021, os países africanos participantes devem preparar-se para o reembolso devido nos anos seguintes do seu serviço da dívida de 2020 e 2021.

Além das limitadas poupanças potenciais da ISSD, o mecanismo não foi concebido para abordar as questões da dívida estruturais que a maioria dos países africanos enfrentam. Assim, em novembro de 2020, o G20 e os credores do Clube de Paris chegaram a acordo quanto a um quadro comum de tratamento da dívida (Quadro Comum) para abordar questões prolongadas de insolvência e liquidez em países elegíveis para a ISSD. O valor acrescentado pelo Quadro Comum consistia em trazer credores oficiais mais recentes, nomeadamente a China, um dos grandes credores bilaterais oficiais emergentes para muitos países africanos (PEA 2021). No entanto, quase dois anos depois da sua criação, o Quadro Comum não alcançou de forma credível o seu objetivo pretendido. O acordo relativo a princípios gerais mostrou-se difícil de se refletir em resultados operacionais, devido, em parte, a um efeito combinado de falta de coordenação dos credores, partilha de informações e transparência dos procedimentos, bem como participação do setor privado. Dos três países africanos – Chade, Etiópia e Zâmbia – que até ao momento solicitaram o tratamento da dívida ao abrigo do Quadro Comum, nenhum concluiu o processo de tirar partido do benefício do mecanismo. Tal sugere que são necessárias mais reformas estruturais para ajudar o continente a libertar-se da dívida.

FIGURA 1.18 Potenciais poupanças da ISSD nos 38 países africanos elegíveis, 2020 e 2021



A ISSD é a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida.
Fonte: cálculos da equipa com base em estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento e no Sistema de Apresentação de Dados relativos a Devedores do Banco Mundial.

A afetação geral do FMI de 23 de agosto de 2021 de Direitos de Saque Especiais (DSE) equivalentes a 650 bilhões de dólares americanos também contribuiu para aliviar as pressões de liquidez de muitos países ao fortalecer as suas proteções externas. Com base nas suas quotas do FMI, os países africanos receberam coletivamente cerca de 33,2 bilhões de dólares americanos. No entanto este montante representa apenas 5% da sua afetação total de DSE e somente uma pequena fração das suas necessidades de financiamento. A fim de reconciliar a distribuição com estas necessidades, o FMI apelou a uma canalização voluntária de DSE por parte dos membros com fortes posições externas no Programa de Financiamento para a Redução da Pobreza e para o Crescimento, que neste momento está isento de juros.

É fundamental que o compromisso de canalização de recursos para o Programa seja cumprido em larga escala para que os países africanos beneficiem mais da liquidez dos DSE e iniciem o

percurso em direção à sustentabilidade da dívida. Além disso, a Comissão da União Africana apelou à reafetação dos DSE das economias desenvolvidas "predispostas" para África e recomendou que uma parte destes seja canalizada por intermédio do Banco Africano de Desenvolvimento na sua qualidade de titular prescrito para alavancar os recursos necessários para proporcionar um maior financiamento às economias africanas.

No entanto, estas iniciativas de alívio da dívida não impediram que as vulnerabilidades da dívida continuassem a crescer, com 23 países africanos em sobre-endividamento ou em risco de entrar nesta situação em fevereiro de 2022 (16 encontram-se em elevado risco de entrar em sobre-endividamento e sete estão em sobre-endividamento) do total dos 38 países africanos com análises da sustentabilidade da dívida disponíveis (figura 1.19).

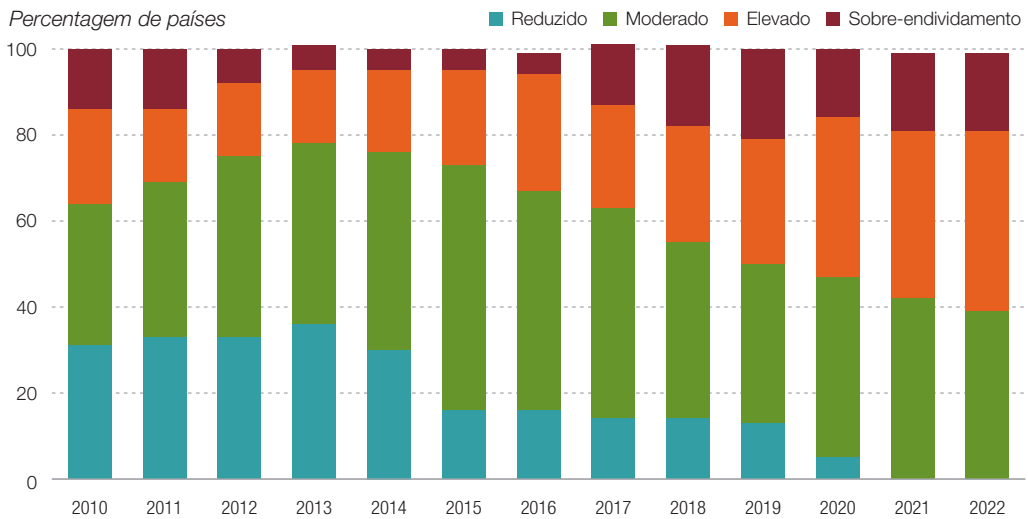
Não obstante o crescimento das vulnerabilidades da dívida em África, a posição política monetária acomodatícia assumida globalmente no pico da pandemia contribuiu para manter a viabilidade dos pagamentos de juros da dívida em muitos países africanos. A normalização da política monetária nos países desenvolvidos para controlar a inflação está a desencadear um crescimento das taxas de juro globais. Aliada a pressões crescentes nas moedas de muitos países africanos, a contenção da política monetária nas economias desenvolvidas deverá exacerbar as vulnerabilidades da dívida. O ambiente económico prevalecente caraterizado por um âmbito limitado para a política fiscal pró-cíclica nacional em África poderá exigir uma reconfiguração da resposta política global, incluindo o restabelecimento do quadro da ISSD, a fim de ajudar os países endividados a lidar com os desafios da dívida emergentes. A "nova" ISSD deve garantir incentivos para atrair a participação dos credores comerciais, que até agora não demonstravam qualquer apetência para se envolverem com os seus mutuários.

Posição externa e saldo da balança corrente

Prevê-se que a posição externa global de África melhore ainda mais, espelhando o choque positivo mais acentuado dos termos de troca nos exportadores líquidos de energia, metais e minerais devido à guerra na Ucrânia e às sanções à Rússia

Estima-se que o défice da balança corrente global tenha reduzido para 2,4% do PIB em 2021, face a 3,7% em 2020 (figura 1.20). Isto reflete o

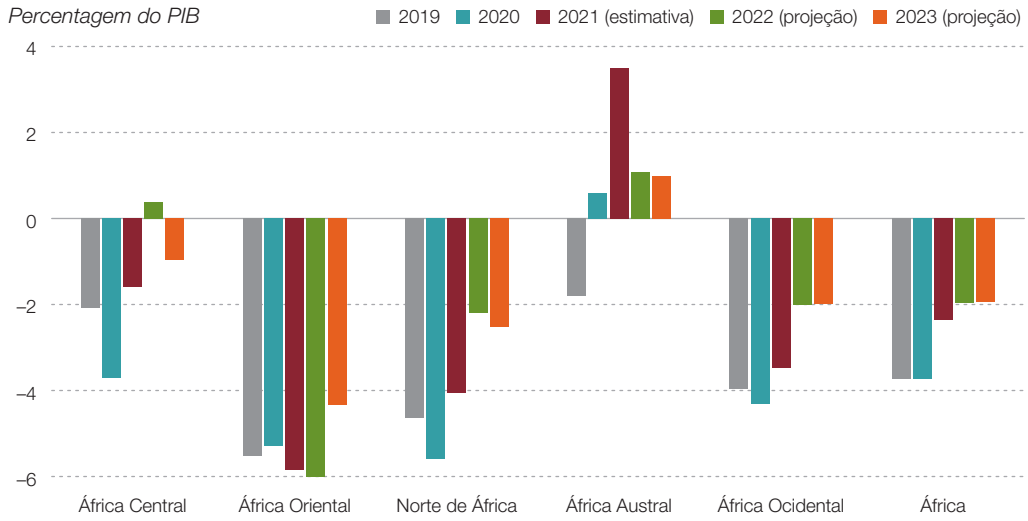
FIGURA 1.19 A COVID-19 desencadeou um aumento do risco de sobre-endividamento externo em África, 2010–2022



Nota: à data de fevereiro de 2022.

Fonte: cálculos da equipa baseados na base de dados das Avaliações da Sustentabilidade da Dívida para os Países de Baixo Rendimento.

FIGURA 1.20 Saldos da balança corrente por região, 2019–23

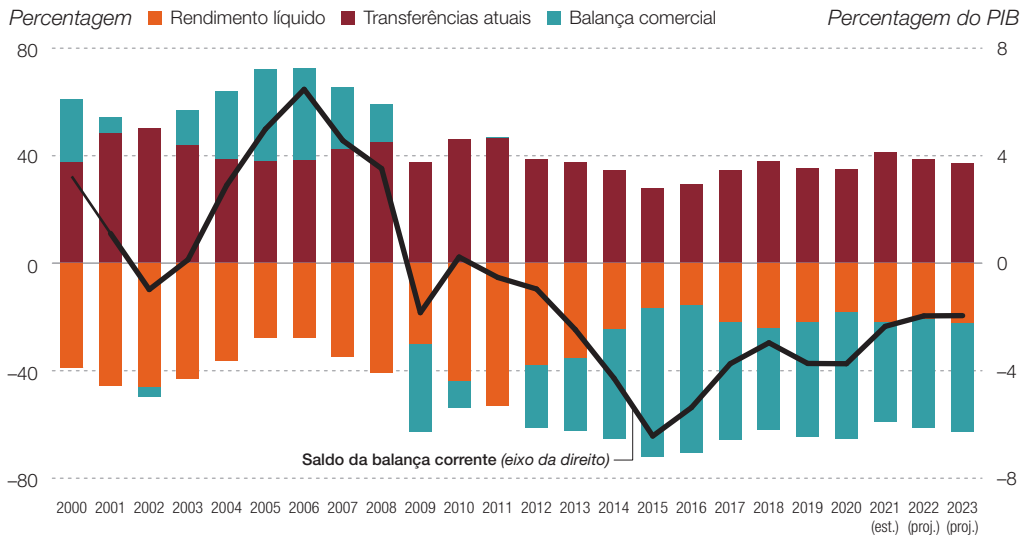


Fonte: estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento.

restabelecimento de pagamentos de dividendos que tinham sido suspensos em 2020, bem como as melhorias na balança comercial e nas transferências correntes (figura 1.21). À medida que os países começaram a abrir e que a procura por petróleo e outras mercadorias aumentou, o comércio recuperou, reduzindo o défice comercial de África. Do mesmo modo, à medida que o sentimento global melhorou, as transferências para África começaram a recuperar. A recente atribuição de DES ajudou a apoiar a posição externa de alguns países africanos.

Estima-se que o défice global da balança corrente tenha reduzido para 2,0% do PIB em 2022, face a 2,4% em 2021, variando por região (ver figura 1.20). A redução do défice em 2022 reflete os fortes ganhos dos termos de troca favoráveis para os exportadores líquidos de energia, minerais e metais, relativamente às perdas decorrentes do potencial aumento do défice comercial nos

FIGURA 1.21 Decomposição do saldo da balança corrente por região, 2000–23



Fonte: estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento.

importadores líquidos homólogos de energia e de outras mercadorias. Prevê-se que todos os países ricos em petróleo ganhem com os preços mais altos do petróleo e revertam os défices em 2021 ou reforcem os excedentes para os países que eram já excedentários. A África Central, a região com mais países ricos em petróleo e minerais, é a que fica mais favorecida, passando de um défice de 1,6% do PIB em 2021 para um excedente de 0,4% em 2022. Isto representa os excedentes registados no Chade, Congo e República Democrática do Congo. Na África Austral, espera-se que o excedente da balança corrente desça para 1,1% do PIB em 2022, face a 3,5% em 2021, em grande parte devido à África do Sul (défice de 1,4% do PIB em 2022, face a um excedente de 3,8% em 2021). Prevê-se que o Norte de África e a África Ocidental registem défices mais baixos da balança corrente em 2022 (2,2% e 2,0%, respetivamente). Na África Oriental, prevê-se que o défice se mantenha estável em cerca de 6,0% do PIB em 2022. Os exportadores de petróleo e gás natural no Norte de África, como a Argélia e a Líbia, deverão beneficiar do aumento dos preços, registando excedentes da balança corrente em 2022.

Contudo, o panorama da balança corrente de África está sujeito a várias incertezas, incluindo as campanhas de vacinação, a evolução da pandemia e a evolução da guerra na Ucrânia. Uma guerra prolongada conduzirá a uma fraqueza permanente do comércio global e uma possível diminuição dos fluxos de capital do turismo para os países africanos, o que, em conjunto, irá debilitar ainda mais a posição externa do continente. Os importadores líquidos de mercadorias são os mais expostos ao impacto da guerra e ao consequente aumento acentuado dos preços das mercadorias. Portanto, estes países irão possivelmente registar um agravamento dos défices comerciais e da balança corrente. Os principais responsáveis pelo défice da balança corrente foram o défice comercial e pagamentos líquidos externos, com transferências correntes do outro lado (ver figura 1.21). Esta repartição é suscetível de sofrer alterações a curto e médio prazo, dependendo da evolução da guerra na Ucrânia e dos efeitos nos fluxos comerciais e financeiros.

ESTIMATIVAS ATUALIZADAS DOS EFEITOS SOCIOECONÓMICOS DA COVID-19 EM ÁFRICA

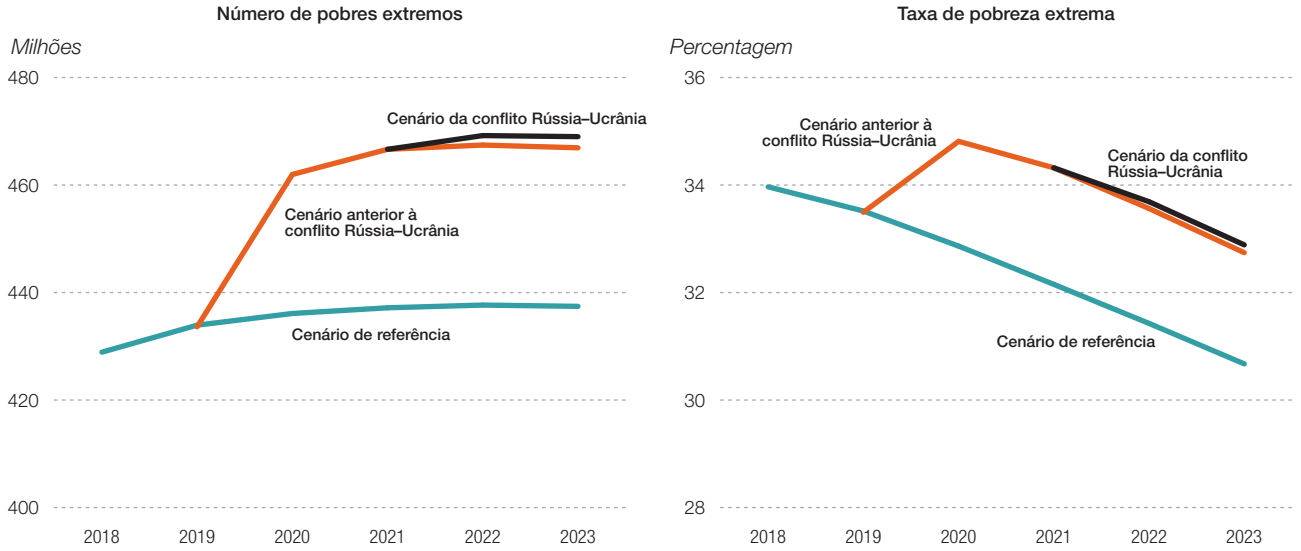
Pobreza e efeitos sociais

Apesar de uma esperada recuperação do crescimento em África, prevê-se que o efeito combinado da pandemia de COVID-19 e a guerra Rússia–Ucrânia agrave a pobreza extrema em África

As estimativas do Banco mostram que mais 28,7 milhões de africanos entraram em pobreza extrema em 2021, relativamente aos números previstos antes da COVID-19 (figura 1.22, painel da esquerda), face a cerca de 26 milhões em 2020, e prevê-se que cerca de 29,6 milhões de pessoas, em média, entrem nessa situação em 2022 e 2023. A revisão em baixa do efeito da pandemia na pobreza em África das PEA de 2021 (uma queda de 4,6 milhões em 2020 e de 10 milhões em 2021) espelhou principalmente o desempenho de crescimento acima do esperado em 2020 (uma contração de 1,6%, face aos 2,1% estimados nas PEA de 2021) e em 2021 (uma estimativa de crescimento de 6,9%, face aos 3,4% nas PEA de 2021).

A eclosão do conflito Rússia–Ucrânia, que levou a aumentos súbitos dos preços da energia e de outras mercadorias, além de ter provocado perturbações no abastecimento global, repercutiu-se nas economias africanas (ver Caixa 1.1). O crescimento mais lento juntamente com a inflação mais elevada prevista para 2022 terá consequências na pobreza em África. Em especial, a redução dos rendimentos reais no meio do aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis será desastrosa para as famílias vulneráveis já a viver no limiar da pobreza. Se a crise entre a Rússia e a Ucrânia persistir, cerca de mais de 1,8 milhões e de 2,1 milhões de africanos poderão, assim, ser empurrados para a pobreza extrema em 2022 e 2023, respetivamente, como efeito direto das consequências económicas do conflito. Porém, o efeito de pobreza da crise entre a Rússia e a Ucrânia é altamente heterogéneo entre os países, dependendo da estrutura económica, em particular, se o país é um exportador ou importador líquido de petróleo e de outras mercadorias (figura 1.23).

FIGURA 1.22 Pobreza extrema em África, 2018–23



Nota: O cenário de base refere-se às previsões anteriores à pandemia de COVID-19. O cenário anterior ao conflito Rússia–Ucrânia inclui apenas as previsões da pandemia de COVID-19, sem ter em conta o impacto do conflito Rússia–Ucrânia, ao passo que o cenário pós-conflito Rússia–Ucrânia integra nas previsões os efeitos da pandemia de COVID-19 e o conflito Rússia–Ucrânia.

Fonte: Cálculos da equipa assentes nos conjuntos de dados PovcalNet do Banco Mundial, nas projeções de crescimento das estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento e nas projeções demográficas da Divisão para a População das Nações Unidas.

Em termos relativos, prevê-se, porém, que a taxa de pobreza extrema desça para 32,9% em 2023, face aos 34,3% em 2021 (figura 1.22, painel da direita), em conformidade com as perspetivas de recuperação do crescimento revistas, mas a manter-se cerca de 2 pontos percentuais mais elevada do que as estimativas anteriores à pandemia.

A maioria dos novos pobres devido à COVID-19 e ao conflito Rússia–Ucrânia estão na África Ocidental, o que representa uma média de cerca de 39% do total em 2021–23, com a Nigéria a ter o maior aumento da pobreza (cerca de mais 5,4 milhões por ano, face a 465 mil em média de outros países da região). Prevê-se que o Norte de África (excluindo a Líbia) e a África Oriental, com o crescimento mais elevado do PIB real per capita em 2021–23 (2,7% e 2,4%, respetivamente), apresentem os menores aumentos nas taxas de pobreza extrema nesse período (0,5 e 2,1 pontos percentuais, respetivamente).

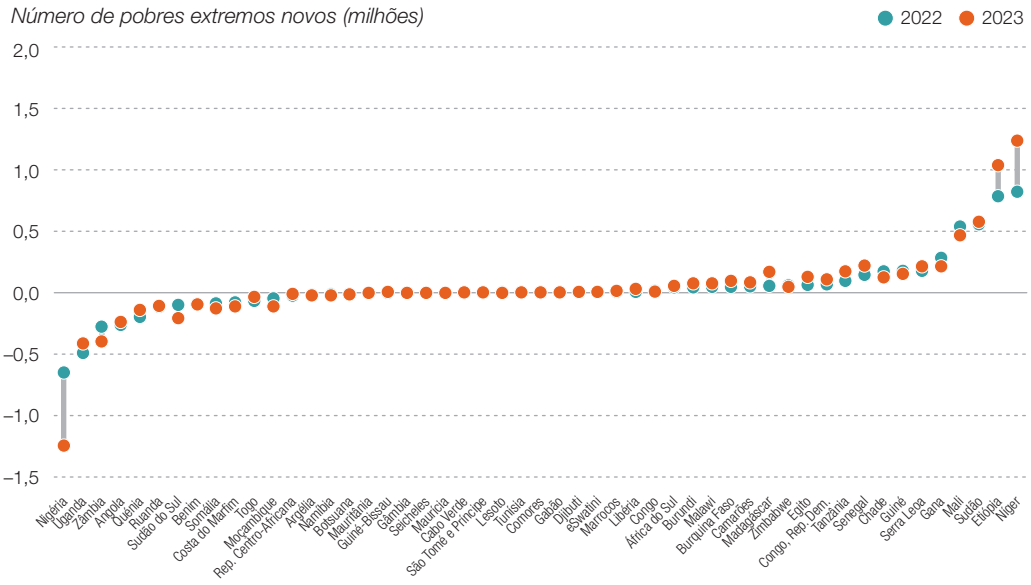
A persistência da pobreza poderá atrasar o regresso às taxas de pobreza extrema anteriores à COVID-19

É provável que o regresso às taxas anteriores à COVID-19 leve mais tempo do que o anteriormente previsto, especialmente na atual perspetiva de crescimento económico (figura 1.24). Partindo do pressuposto de que as economias africanas crescem à mesma taxa média atualmente prevista ao longo de 2021–23, os países africanos iriam precisar de mais de uma década para recuperar as taxas de pobreza previstas antes da COVID-19, pois o crescimento do PIB real per capita continua insuficiente para compensar o impacto económico da pandemia. Num contexto mais otimista, que pressupõe um crescimento médio do PIB per capita de 1 ponto percentual mais elevado a partir de 2024 em cada país, iriam ser ainda necessários em média sete anos para alcançar a taxa de pobreza extrema que poderia ter-se verificado se não tivesse havido pandemia nem a crise Rússia–Ucrânia. As políticas que apoiam uma recuperação mais acentuada após a COVID-19 serão, por conseguinte, importantes não só para retomar as taxas de pobreza anteriores à pandemia, mas também para as reduzir ainda mais.

A pandemia está ainda a perturbar os mercados de trabalho em África, e o emprego tem ainda de recuperar totalmente

Antes da pandemia, África registou uma movimentação estável de mão de obra da agricultura

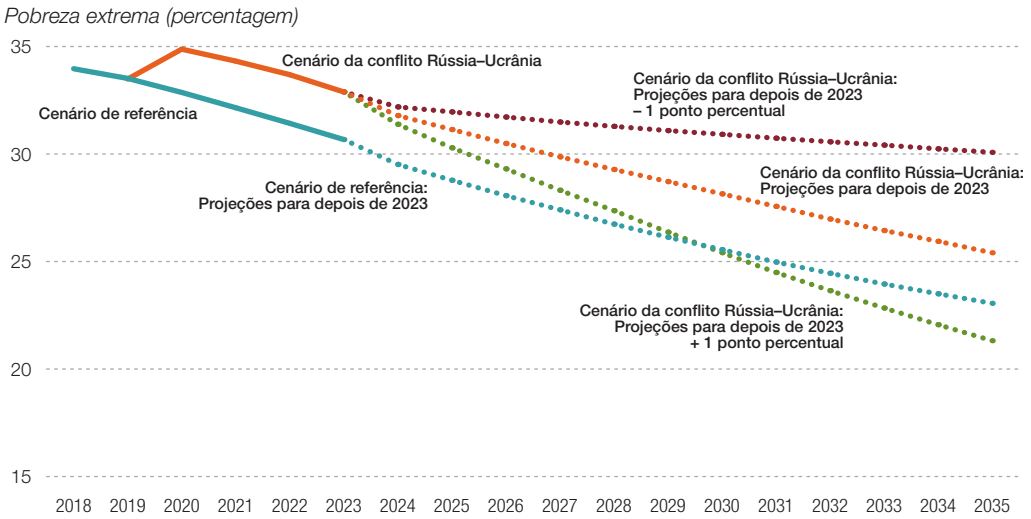
FIGURA 1.23 Impacto previsto do conflito Rússia–Ucrânia na pobreza extrema em África por país, 2022 e 2023



Nota: Por cada ano, o impacto da pobreza do conflito Rússia–Ucrânia é calculado como a diferença entre as previsões da pobreza pós-conflito e pré-conflito.

Fonte: Cálculos da equipa assentes nos conjuntos de dados PovcalNet do Banco Mundial, nas projeções de crescimento das estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento e nas projeções demográficas da Divisão para a População das Nações Unidas.

FIGURA 1.24 Com base nas projeções atuais, África irá precisar de mais de uma década para recuperar as taxas de pobreza extrema anteriores à COVID-19



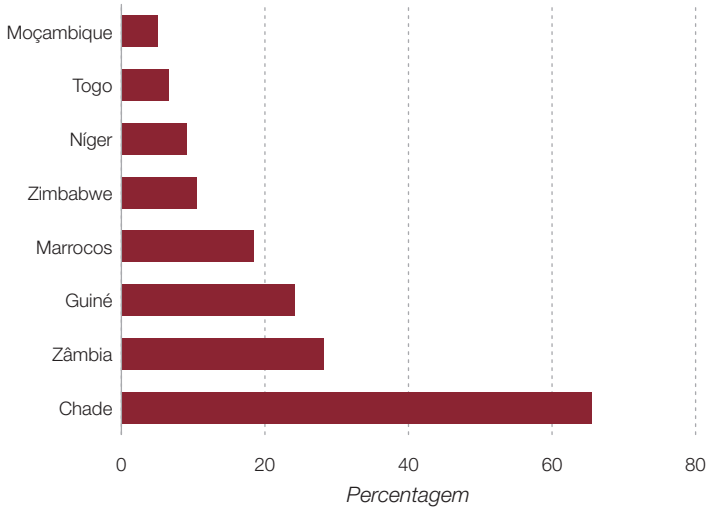
Nota: As projeções para depois de 2023 pressupõem que o PIB per capita de todos os países africanos irá crescer a partir de 2024 a uma taxa idêntica à do crescimento médio do PIB per capita verificado em 2021–23, para os cenários de base (pré-COVID-19) e pós-conflito Rússia–Ucrânia.

Fonte: Cálculos da equipa assentes nos conjuntos de dados PovcalNet do Banco Mundial, nas projeções de crescimento das estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento e do Panorama Económico Mundial, outubro de 2019, e nas projeções demográficas da Divisão para a População das Nações Unidas.

para atividades não agrícolas, em particular para o subsetor dos serviços informais, que se estima ser uma fonte de subsistência para cerca de 90% da população ativa africana. A pandemia agravou ainda mais a tendência desequilibrada no emprego por causa da sua pressão no setor privado. De acordo com o Follow up dos Inquéritos às Empresas sobre a COVID-19 do Banco Mundial, cerca de 18% das empresas nos oito países africanos abrangidos pelos inquéritos, foram obrigadas a encerrar, a título temporário ou permanente, entre o primeiro trimestre de 2020 e abril de 2021, com grande variação na percentagem de empresas nos vários países — de 5,2% em Moçambique a 65,8% no Chade (figura 1.25). A pandemia afetou uma proporção mais elevada de empresas do setor dos serviços (retalho, hotéis, restaurantes e outros serviços) do que da indústria transformadora – cerca de 11% (5,7% encerraram a título permanente e 5,5% encerraram a título temporário), face a cerca de 1% (encerradas a título permanente ou temporário).

O encerramento de empresas continua mais acentuado em África do que em outras regiões em desenvolvimento (tabela 1.1): em África, 91,5% das empresas continuaram abertas durante a pandemia, face às mais de 95% em outras regiões em desenvolvimento. E apesar de 4,5% das empresas em África terem encerrado a título permanente, 4,1% estiveram somente temporariamente

FIGURA 1.25 Percentagem de empresas que encerraram pelo menos uma vez, primeiro trimestre de 2020 a abril de 2021



Fonte: Acompanhamento dos Inquéritos às Empresas sobre a COVID-19 do Banco Mundial.

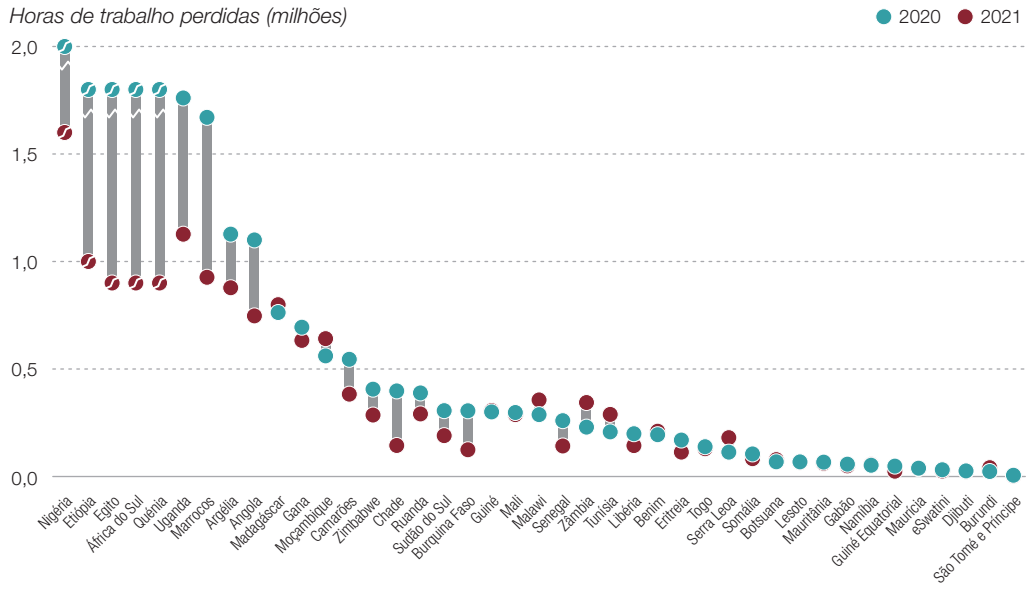
TABELA 1.1 Probabilidade de transição de sobrevivência das empresas durante a COVID-19 entre o primeiro trimestre de 2020 e abril de 2021, África e outras regiões em desenvolvimento, percentagem

		Fase 2				
		Permanentemente encerradas	Temporariamente encerradas	Abertas	Total	
Fase 1	Permanentemente encerradas	1,78	0	0	1,78	África
	Temporariamente encerradas	0,09	1,47	6,74	8,30	
	Abertas	2,58	2,59	84,75	89,92	
	Total	4,45	4,06	91,49	100	
	Permanentemente encerradas	0,51	0	0	0,51	Outras regiões em desenvolvimento
	Temporariamente encerradas	0,20	1,18	4,85	6,23	
	Abertas	0,59	2,21	90,47	93,26	
	Total	1,29	3,39	95,32	100	

Nota: As proporções das células são ponderadas usando a ponderação ao nível das empresas do Inquérito às Empresas. Outras regiões do mundo incluem, nas definições do Banco Mundial, o Médio Oriente e o Norte de África (excluindo países norte africanos), América Latina e Caraíbas, Ásia Oriental e Pacífico, e Europa e Ásia Central. Os países africanos considerados no inquérito são apresentados na figura 1.24.

Fonte: Cálculos da equipa usando o Follow up dos Inquéritos às Empresas sobre a COVID-19, fases 1 e 2.

FIGURA 1.26 Horas de trabalho perdidas devido à COVID-19 em 2020 e 2021



Nota: Os valores estão truncados para a Nigéria (5.735 em 2020 e 3.628 em 2021), Etiópia (3.380 em 2020 e 2.316 em 2021), Egito (2.956 em 2020 e 1.871 em 2021), África do Sul (2.542 em 2020 e 1.816 em 2021), e Quénia (2.538 em 2020 e 1.745 em 2021).

Fonte: Cálculos da equipa assentes em estatísticas da Organização Internacional do Trabalho.

encerradas durante o inquérito. Estes valores são muito mais elevados do que a proporção de empresas permanentemente (1,3%) e temporariamente (3,4%) encerradas noutras regiões em desenvolvimento. As empresas do setor formal enfrentaram uma maior suscetibilidade de encerramento em África do que noutras regiões, mas uma proporção animadora de empresas que encerraram temporariamente está a reabrir.

As empresas podem estar a caminho de uma reabertura lenta porque o emprego ainda não recuperou totalmente para níveis pré-pandémicos. A Organização Internacional do Trabalho estimou, para os primeiros três trimestres de 2021, que as horas de trabalho estariam, pelo menos, 4,5% abaixo do nível do quarto trimestre de 2019, o que equivale a 131 milhões de empregos a tempo inteiro (figura 1.26). Além disso, a quota africana da perda global em horas de trabalho aumentou para 16% em 2021, sendo essa disparidade devida, em parte, a grandes variações no acesso à vacinação (figura 1.27; e consultar a secção "vacinação contra a COVID-19" abaixo).

Uma das principais razões para a desigualdade da vacinação entre África e o resto do mundo é o acesso às vacinas. Enquanto outras regiões – principalmente as economias avançadas – estão rapidamente a alargar os seus esforços de vacinação, assegurando doses suficientes para as suas populações, os países africanos estão atrasados devido a recursos e opções limitados, apesar de iniciativas como o COVAX[4] e doações bilaterais de vacinas. Grande parte dos países africanos não conseguiu, portanto, vacinar os 60% da população inicialmente visados pelas suas autoridades sanitárias para alcançar a imunidade de grupo através da vacinação. Além disso, o surgimento de variantes da COVID-19 altamente resistentes, tal como a Ómicron, e a sua rápida propagação global evidenciaram a importância da equidade na vacinação.

Muitos países africanos irão precisar de acelerar as suas campanhas de vacinação, as quais, para além de considerações sanitárias e relacionadas com a mortalidade, serão também fundamentais para a recuperação económica; contudo, taxas de vacinação de 50 a 70% para a imunidade de grupo parecem improváveis para a maior parte dos países africanos, de acordo com as tendências atuais. Dos 46 países com dados

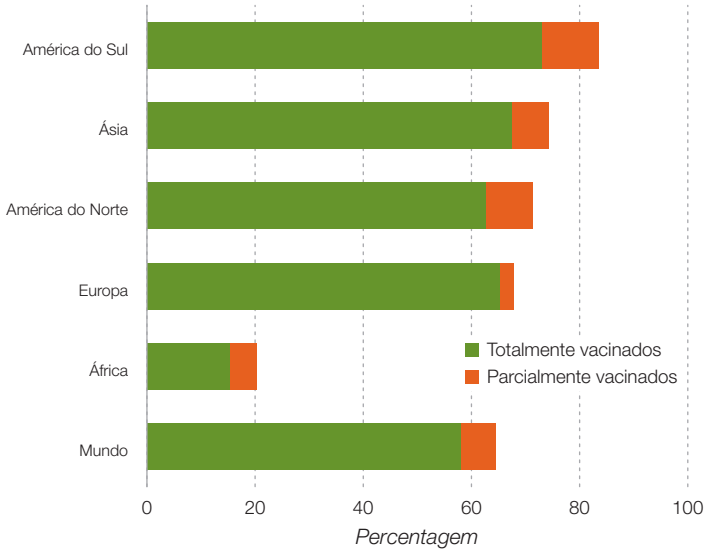
sobre a vacinação até 31 de março de 2022, 23 tiveram taxas diárias vacinação mais elevadas do que o necessário para atingir a meta de 50% até meados de 2022, mas cerca de 37% (17 países) não conseguirão vacinar 70% da sua população até ao final de 2022, a não ser que aumentem a taxa (figura 1.28).

Vacinação contra a COVID-19

A ineficiência no fornecimento das vacinas reduz as taxas de vacinação em África

As ineficiências no fornecimento das vacinas ainda afetam os países africanos (figura 1.29). Estes impedimentos podem ser medidos pelo rácio entre as vacinas administradas e as vacinas recebidas (através da iniciativa COVAX, bilateralmente, ou através de outros meios): quanto mais elevada é a taxa, mais eficiente é o fornecimento.[5] Entre 2021 e 2022, a eficiência das vacinas aumentou em 30 países (grupo I) e diminuiu em 22 países (grupo II). A eficiência média do fornecimento das vacinas foi de cerca de 58, o que significa que de entre 100 doses, cerca de 42 não tinham sido distribuídas.

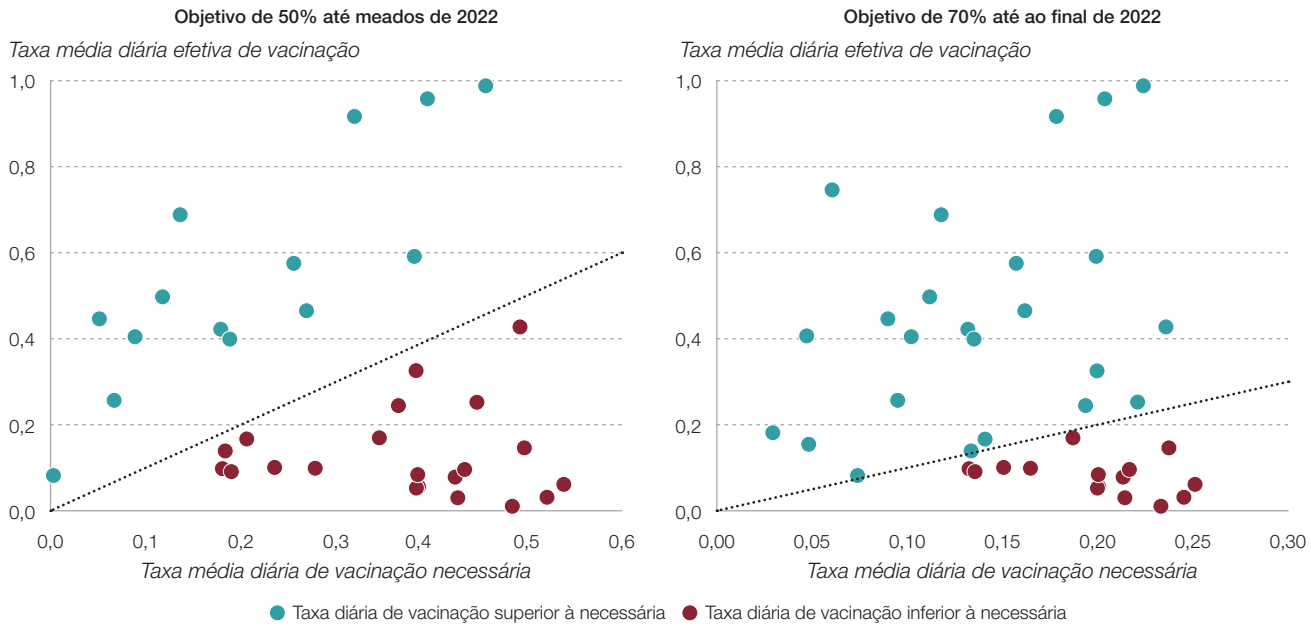
FIGURA 1.27 África não acompanha outras regiões globais na campanha de vacinação contra a COVID-19



Fonte: Cálculos da equipa assentes no Our World In Data, 31 de março de 2022.

Muitos fatores poderiam explicar estas diferenças na eficiência, incluindo fatores institucionais, económicos e geopolíticos. Os resultados da regressão na figura 1.30 mostram que os países

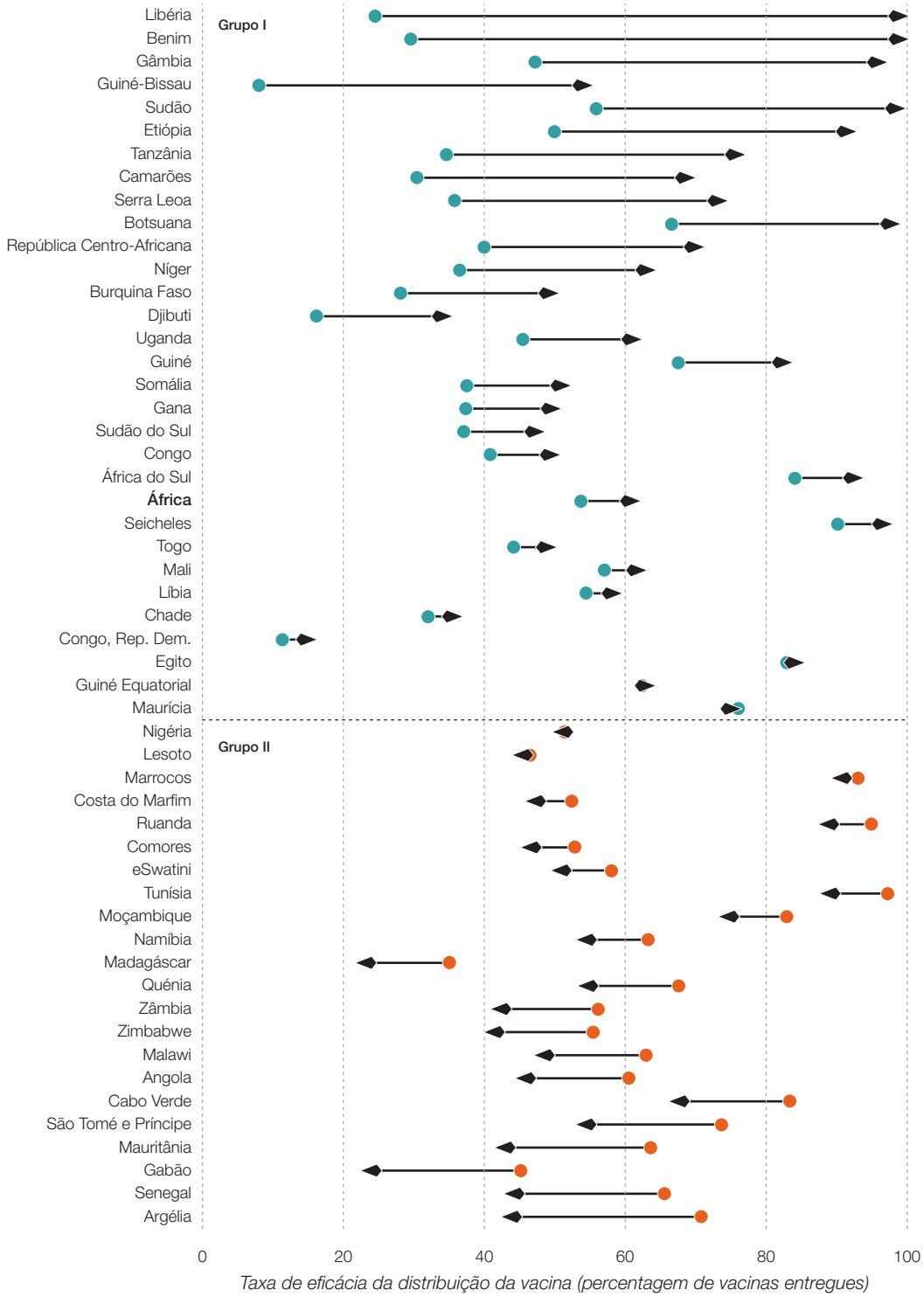
FIGURA 1.28 Desigualdades nas taxas de vacinação para diferentes metas de cobertura da vacinação



Nota: Os países que atingiram a taxa específica de cobertura da vacinação até 31 de março de 2022 estão excluídos dos painéis. As linhas tracejadas representam as linhas de 45 graus.

Fonte: Cálculos da equipa assentes em dados do Departamento de Estatística do Banco Africano de Desenvolvimento.

FIGURA 1.29 Alterações nas taxas de eficiência do fornecimento de vacinas contra a COVID-19 em África entre 2021 e 2022

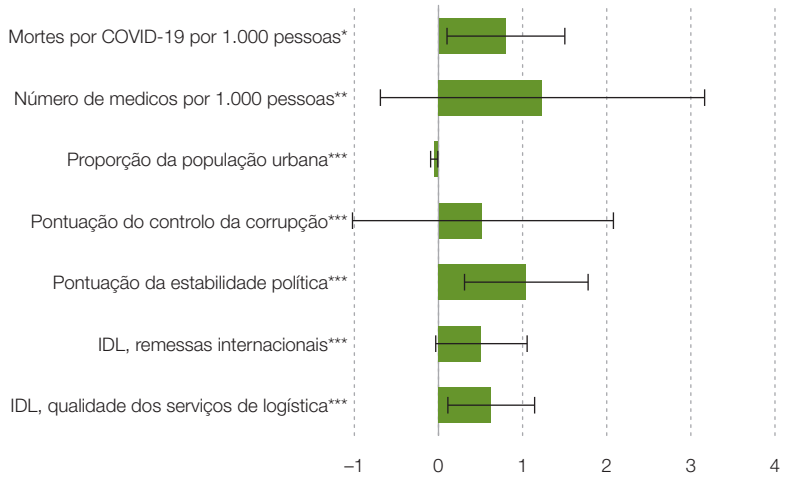


Nota: Os países do Grupo I e II são aqueles com, respetivamente, um aumento e uma diminuição da sua taxa de eficiência do fornecimento de vacinas contra a COVID-19 entre 2021 e 2022. Os dados são de 1 de setembro de 2021 a 31 de março de 2022.

Fonte: Cálculos da equipa assentes em dados do Africa CDC COVID-19 Vaccine Dashboard (Painel de Vacinas contra a COVID-19 do Africa CDC Centro Africano de Prevenção e Controlo de Doenças).

africanos com mais mortes por COVID-19 por 1000 pessoas foram mais eficientes no fornecimento de vacinas, possivelmente porque as taxas de mortalidade relativamente elevadas criaram um sentimento de urgência na tentativa de estabilizar ou reduzir a mortalidade. Os países com populações urbanas mais numerosas, onde está concentrada a maioria dos casos de COVID-19 em África, também tiveram taxas de eficiência mais baixas, o que pode revelar desafios de coordenação e interligação para chegar às populações. Não surpreende, pois, que os países com maior densidade de médicos por 1.000 pessoas, melhor logística para remessas internacionais ou serviços de logística de alta qualidade tenham tido um melhor desempenho da administração de vacinas contra a COVID-19. Por fim, os países onde as pessoas sentiram um maior controlo da corrupção e maior estabilidade política, foram também os mais eficientes, destacando a importância da melhoria da governação no continente.

FIGURA 1.30 Impulsionadores da eficiência da vacinação contra a COVID-19 em África



* é significativo ao nível de 10%; ** é significativo ao nível de 5%; *** é significativo ao nível de 1%.

O IDL é o Índice de Desempenho Logístico of Banco Mundial.

Nota: Todas as variáveis, exceto as mortes por COVID-19 por 1000 pessoas, foram calculadas como média ao longo de 2010–19 para compensar os efeitos dos choques temporários. Uma pontuação de eficiência do fornecimento superior a 100 foi winsorizada para 100. As mortes por COVID-19 são as registadas até 31 de março de 2022 e as taxas de eficiência do fornecimento das vacinas são as médias calculadas entre 1 de setembro de 2021 e 31 de março de 2022.

Fonte: Cálculos da equipa assentes em dados do Departamento de Estatística do Banco Africano de Desenvolvimento, do Painel de Vacinas contra a COVID-19 do Africa CDC), da base de dados dos Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial e da pontuação do IDL, e do Índice de Segurança Sanitária Global (GHS, na sigle inglesa).

Acelerar a campanha de vacinação é essencial para combater as infeções por COVID-19 e reduzir a taxa de mortalidade

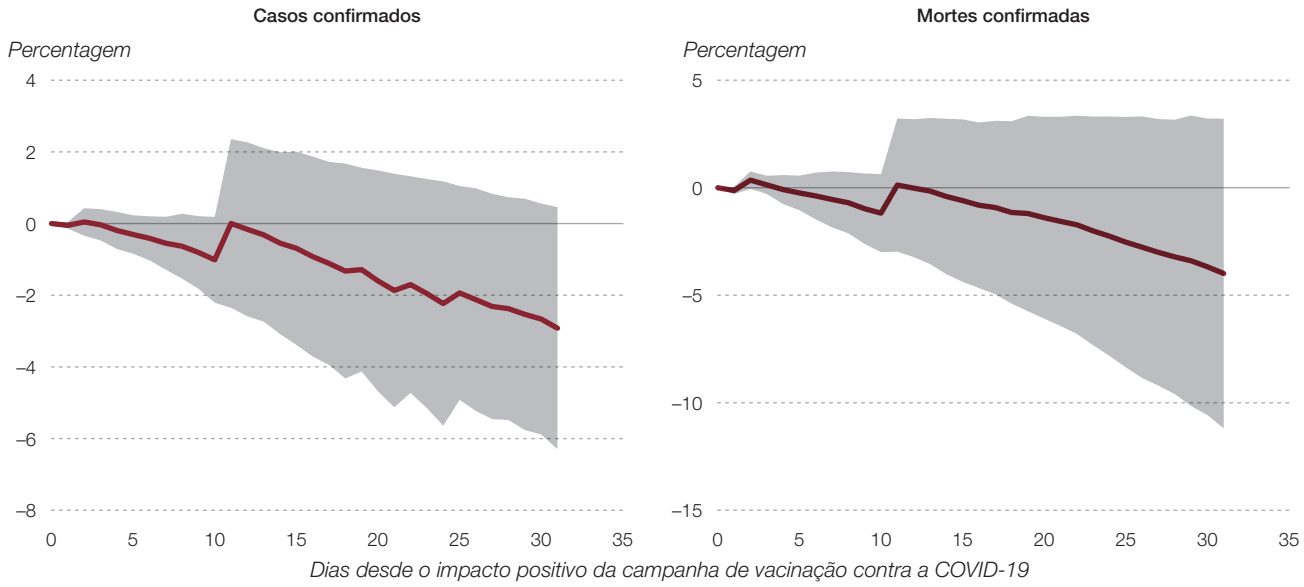
Os resultados de uma análise de regressão[6] das ligações entre os casos confirmados de COVID-19, bem como as mortes, e as taxas de vacinação em África, mostram que os países que acionaram campanhas de vacinação em larga escala têm taxas de infeção e mortalidade mais baixas. Uma vez controladas as variáveis do rigor do confinamento, das campanhas de informação ao público, da existência e intensidade da testagem, da despistagem de contactos, do uso da máscara e da proteção das pessoas idosas, os casos confirmados de COVID-19 per capita começaram a descer apenas quatro ou cinco dias depois de intensas campanhas de vacinação, relativamente ao cenário de base (figura 1.31, painel da esquerda). Em particular, 30 dias após o lançamento de uma ambiciosa campanha de vacinação, os casos confirmados acumulados de COVID-19 per capita eram, em média, 2,7% mais baixos do que nos países sem uma política de campanha de vacinação.

A vacinação é também eficaz na estabilização e até na redução da taxa de mortalidade por COVID-19: em média, durante os primeiros 10 dias após o impacto positivo da campanha de vacinação, as taxas de mortalidade por COVID-19 tornam-se relativamente estáveis, face àquelas de outros países, e começam a descer (figura 1.31, painel da direita).

Uma taxa mais elevada de vacinação contra a COVID-19 está também associada a uma mais rápida recuperação económica

Reforçar a campanha de vacinação contra a COVID-19 pode também ajudar a acelerar a recuperação económica. A figura 1.32 mostra uma relação positiva entre as taxas de vacinação contra a COVID-19 e o crescimento real estimado do PIB entre os países africanos em 2021 depois

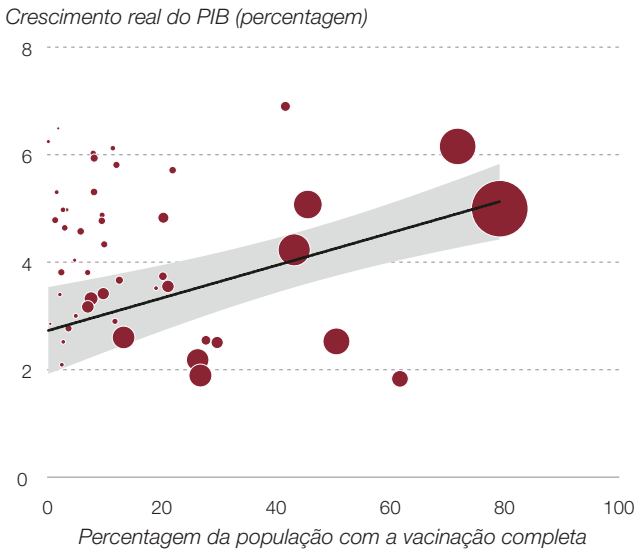
FIGURA 1.31 Respostas ao nível de casos e mortes confirmados por COVID-19 face à campanha de vacinação em África



Nota: A área sombreada mostra o intervalo de confiança de 95% calculado com erros-padrão agregados ao nível do país. Os dados sobre COVID-19 são os recolhidos até 31 de março de 2022.

Fonte: Cálculos da equipa assentes nas estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento.

FIGURA 1.32 Campanha de vacinação contra a COVID-19 e crescimento real do PIB nos países africanos, 2021



Nota: A área sombreada mostra o intervalo de confiança de 95%. O tamanho das bolhas é proporcional aos casos confirmados de COVID-19 per capita por cada país. A Líbia está excluída devido ao valor extremo do seu crescimento real do PIB (177,3%). Os dados sobre a vacinação são os recolhidos até 31 de dezembro de 2021.

Fonte: Cálculos da equipa assentes nas estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento.

de os casos de infeção serem contabilizados. A relação positiva pode decorrer de vários fatores.

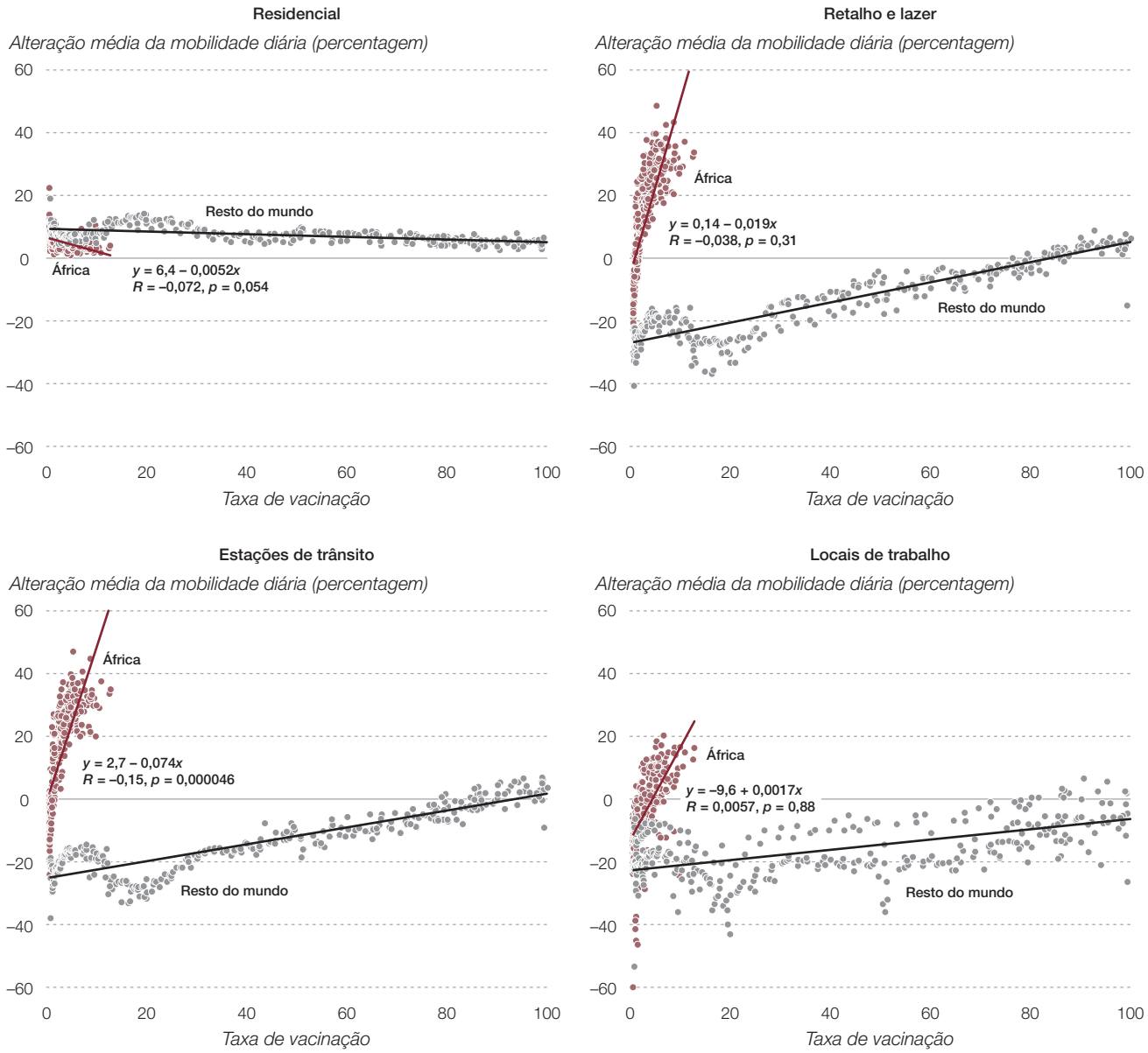
Primeiro, ao vacinarem uma maior percentagem da população, os países podem abrir as suas economias mais depressa do que aqueles com taxas de vacinação mais baixas, as empresas nacionais podem voltar mais rapidamente às suas atividades normais – em especial nos setores com contacto intenso como o turismo, a hotelaria e o retalho – e o comércio com outros países pode ser retomado com menos perturbações. Segundo, ao reduzir a taxa elevada de hospitalizações, mortes e outras complicações de saúde relacionadas com a COVID-19, um aumento das taxas de vacinação irá aliviar as restrições orçamentais, permitindo aos países afetar mais recursos a outros setores geradores de crescimento.

Terceiro, uma taxa de vacinação mais elevada implica a recuperação mais rápida do mercado de trabalho e menos postos de trabalho perdidos devido à pandemia e está associada a restrições menos rigorosas no local de trabalho, pois as pessoas vacinadas estão mais bem protegidas contra o coronavírus do que as pessoas não vacinadas. Indícios recentes sugerem uma forte correlação

positiva entre a introdução da vacina contra a COVID-19 e a mobilidade em África (figura 1.33). Além disso, por cada 14 pessoas com a vacinação completa no segundo trimestre de 2021 em todo o mundo, foi acrescentado o equivalente a um posto de trabalho a tempo inteiro ao mercado de trabalho global.[7]

Quarto, ao mitigar novos surtos da pandemia,[8] que poderiam voltar a provocar restrições e confinamentos, a vacinação cria um contexto mais propício à promoção da recuperação económica. Por fim, indícios recentes mostram que a vacinação leva frequentemente a uma maior confiança dos consumidores entre os que estão vacinados ou entre os que tencionam vacinar-se, o que pode, então, apoiar o crescimento do consumo das famílias e impulsionar, posteriormente, a recuperação do crescimento.[9]

FIGURA 1.33 Correlação entre a taxa de vacinação contra a COVID-19 e a mobilidade humana



Nota: As médias de África e do resto do mundo são ponderadas pela população.

Fonte: Cálculos da equipa assentes nos Dados de Mobilidade da Comunidade da Google e do *Our World in Data.*

DESAFIOS PARA ALÉM DA COVID-19 E DO CONFLITO RÚSSIA–UCRÂNIA: A AMEAÇA EXISTENCIAL DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Para além da COVID-19 e do conflito Rússia–Ucrânia, está a ameaça existencial das alterações climáticas, e África é a região global mais vulnerável às catástrofes climáticas.[10] Dos 10 países mais afetados pelas alterações climáticas e por fenómenos meteorológicos relacionados com o clima em 2019, 5 eram em África.[11] Foi registado no continente, em 2020 e 2021, um total de 131 catástrofes relacionadas com fenómenos meteorológicos extremos e com as alterações climáticas, das quais 99 foram inundações, 16 tempestades, 14 secas e 2 incêndios florestais (figura 1.34). As catástrofes relacionadas com o clima têm efeitos consideráveis a longo prazo no bem-estar das pessoas e no desenvolvimento económico.[12] Os custos económicos dos fenómenos meteorológicos extremos em África rondaram os 7 bilhões a 15 bilhões de dólares americanos em 2020,[13] e poderão atingir os 45 bilhões a 50 bilhões de dólares americanos por ano até 2040, o que equivale a 7% do PIB de África até 2100.[14] Em suma, as alterações climáticas representam enormes riscos para as economias africanas; ameaçam as vidas e subsistência de dezenas de milhões de pessoas; e podem anular o progresso duramente conseguido no alcance de algumas das metas fundamentais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda da União Africana 2063 e das 5 áreas prioritárias estratégicas (High-5) do Banco.

Porque os esforços para "reconstruir melhor" e gerar economias robustas poderão ser prejudicados pelos impactos devastadores relacionados com o clima, as políticas de apoio à recuperação económica pós-pandemia para África têm de incluir iniciativas para fortalecer a sua resistência através da atenuação destes impactos, os quais acentuam as flutuações da produção e a pobreza. Ainda assim, as alterações climáticas podem ser encaradas como uma oportunidade para fazer a transição para o crescimento verde e a criação de emprego, aproveitando os benefícios de uma transição energética justa em África para sistemas de energia sustentável e renovável.

A falta de fornecimento de energia moderna, acessível e fiável foi um dos principais fatores que dificultou a competitividade de África na economia global e a sua transformação económica – e ainda continua a ser em muitos locais. Apesar das fontes abundantes de energia renovável e não renovável, o continente produz e consome quantidades insuficientes de energia moderna. Segundo as estimativas, 600 milhões de africanos não têm acesso a eletricidade, e África é a única região do mundo onde se prevê que a pobreza energética aumente nas próximas décadas.

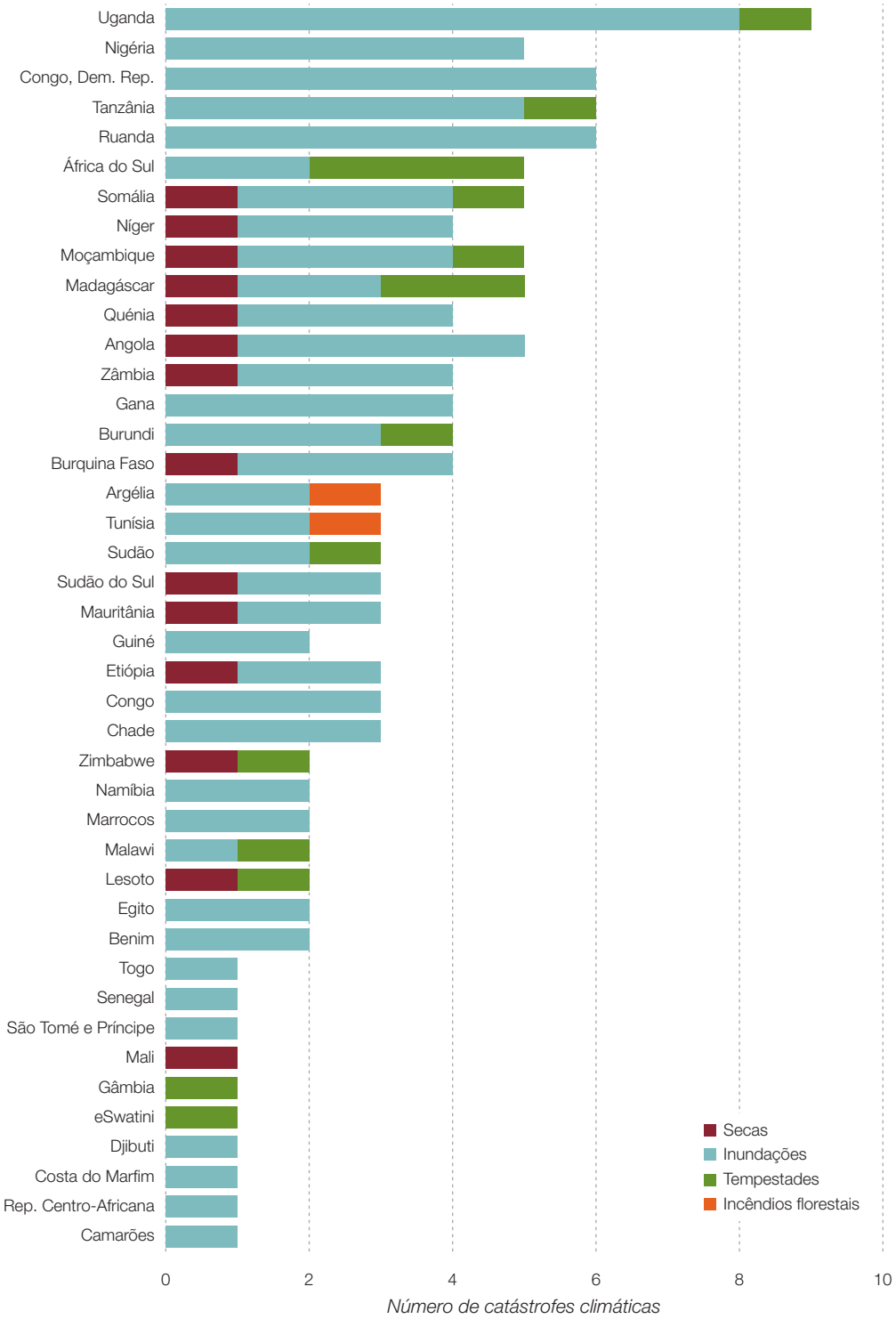
Para além do impacto no crescimento e na competitividade a longo prazo, a falta de acesso a energia moderna é prejudicial à redução da pobreza, à criação de emprego, à saúde, à educação e a uma série de outras áreas relacionadas com os ODS. Os esforços de recuperação pós-COVID-19 e de resiliência climática têm, portanto, de encontrar o justo equilíbrio entre as necessidades de desenvolvimento essenciais de África e as suas transições de sistemas energéticos para que o continente vá ao encontro dos seus compromissos climáticos.

Os capítulos 2 e 3 concentram-se nos desafios e oportunidades trazidos pela transição para uma economia de energia limpa e abordam os custos e benefícios esperados dos diferentes cenários de justa transição para as necessidades de desenvolvimento pós-pandémico do continente.

RECOMENDAÇÕES SOBRE POLÍTICAS PARA RECONSTRUIR MELHOR E GERAR ECONOMIAS RESILIENTES EM ÁFRICA

- *Acelerar a campanha de vacinação contra a COVID-19 através de políticas melhoradas de fornecimento de vacinas, e, no médio e longo prazo, de forte apoio às indústrias farmacêuticas nacionais.* As respostas resolutas em matéria de política macroeconómica que os governos africanos empreenderam em 2020 e 2021 deixaram a maior parte dos países com espaço limitado para manobras políticas

FIGURA 1.34 Catástrofes climáticas em África, 2020–21



Fonte: Base de Dados de Eventos de Emergência.

adicionais. Manter a pandemia sob controlo devia, assim, continuar a ser a prioridade política central dos países africanos. O aumento das taxas de vacinação iria reduzir as infeções e proteger contra o surgimento de variantes mais transmissíveis e mortíferas do vírus. Além disso, uma melhor cobertura da vacinação irá garantir que os escassos recursos financeiros públicos são diretamente canalizados para os esforços de recuperação pós-COVID-19 e irá ajudar a criar resiliência económica contra futuros choques.

- *No curto prazo, estes esforços vão necessitar de políticas melhoradas de fornecimento de vacinas que lidem com os estrangulamentos logísticos que levaram ocasionalmente ao desperdício de vacinas.* Os países precisam também de fazer face à hesitação dos cidadãos relativamente às vacinas, através de campanhas de informação pública mais adequadas e específicas que os tranquilizem quanto à segurança e eficácia das vacinas contra a COVID-19, e, quando possível, conter a proliferação de desinformação. No médio e longo prazo, é necessário um forte apoio político para fortalecer as capacidades farmacêuticas nacionais para produzir vacinas localmente, e, dessa forma, reduzir bastante a dependência excessiva nos fabricantes estrangeiros. Os esforços atuais para produzir localmente vacinas contra a COVID-19, liderados pelo Banco, devem ser intensificados e ampliados.
- *Aumentar os investimentos em sistemas de saúde essenciais.* A pandemia é o mais recente choque sanitário a atingir o continente em duas décadas. Outros incluem as epidemias de doença por vírus Ébola de 2014–16 e 2018, bem como os surtos frequentes de cólera, disenteria e febre hemorrágica (tal como a febre do Vale do Rift, a febre da Crimeia e do Congo e a febre amarela). A inadequação dos sistemas de saúde essenciais em África aumenta os custos económicos e sociais destes choques, afastando ainda mais os países do cumprimento dos ODS. Os governos devem investir mais nos seus sistemas de saúde e aumentar o número de profissionais de saúde essenciais para lidarem com os choques sanitários recorrentes, aumentando consideravelmente a dotação orçamental para o setor. Dar prioridade ao setor irá implicar o investimento em novas unidades de saúde – ou a reabilitação e modernização das existentes – com equipamentos e infraestruturas de última geração; formação de profissionais de saúde nos avanços médicos e na gestão e resposta às pandemias e epidemias; e definição de planos claros de preparação contra o futuro ressurgimento de choques sanitários.
- *Promover o crescimento inclusivo para combater o aumento da pobreza e desigualdade através de programas sociais e oportunidades de emprego que visem as pessoas vulneráveis.* O impacto da prolongada pandemia de COVID-19 e do conflito Rússia–Ucrânia prejudicou a recuperação do crescimento no médio prazo. Por conseguinte, prevê-se que a pobreza extrema em África exceda os níveis pré-pandémicos, pelo menos, no médio prazo. Os países deviam levar a cabo programas sociais adequados que alcancem os mais vulneráveis, como as mulheres, os jovens, pessoas portadoras de deficiência, trabalhadores informais e agregados familiares liderados por mulheres. A criação de oportunidades de empregos decentes que visem esses grupos iria torná-los economicamente independentes e resistentes a futuros choques. Estes esforços exigem que os países implementem reformas que apoiem a industrialização, a diversificação e a digitalização; melhorem a regulamentação do mercado de trabalho e tornem os mercados de trabalho mais adaptáveis e mais ágeis na resposta aos choques; melhorem a gestão e eficiência dos sistemas tributários públicos; incentivem as inovações do setor privado que promovam a produtividade; e façam corresponder os programas dos sistemas educativos às necessidades dos mercados de trabalho.
- *Conter a inflação e ao mesmo tempo salvaguardar a recuperação.* O aumento recente dos preços das mercadorias e da energia devido à guerra na Ucrânia e as pressões inflacionárias subsequentes em muitos países estão a tornar particularmente difícil o compromisso entre o controlo da inflação e a salvaguarda do crescimento. Na situação atual, são necessárias respostas políticas rápidas e adequadas para

evitar o risco de África cair na estagflação. Dadas a inflação e dívida elevadas no contexto de uma recuperação frágil, bem como o endurecimento das condições financeiras globais, muitos países estavam já a debater-se com uma margem de manobra reduzida em termos de políticas, e esta situação piorou em consequência da guerra. Para fazer face a este difícil compromisso, as autoridades monetárias irão precisar de acompanhar cuidadosamente os efeitos do aumento dos preços internacionais na inflação interna para calibrar as respostas adequadas. A política monetária teria de adotar uma via de cuidadosa contenção em países onde a repercussão do aumento dos preços da energia e de outras mercadorias é mais intensa. Nos países com uma política monetária independente, o aumento das taxas de juro diretoras seria justificado se houver sinais de aumento das pressões sobre os preços e/ou riscos de desancoragem das expetativas de inflação. Nos países onde as pressões inflacionistas permanecem contidas, os bancos centrais podem manter uma postura acomodatícia onde a recuperação é fraca.

- *Coordenar a política monetária e fiscal tendo em conta a margem de manobra persistentemente limitada em termos de políticas.* A complexidade e as limitações da margem de manobra em termos de políticas tornaram a coordenação entre as políticas monetária e fiscal uma necessidade crucial. Uma política monetária mais restritiva que vise a inflação deve ser complementada com uma resposta em termos de política fiscal cuidadosamente calibrada para apoiar a recuperação e proteger as pessoas mais vulneráveis. Alguns países estão a planear (1) implementar a redução temporária do imposto sobre o valor acrescentado e impostos especiais sobre bens de consumo das famílias (por exemplo, alimentação, óleo alimentar e gás), e (2) introduzir, restabelecer e manter os subsídios energéticos para atenuar os efeitos dos custos elevados da energia nos consumidores. Estas medidas são suscetíveis de ter custos fiscais significativos, em especial para os importadores líquidos, se os preços elevados das mercadorias se prolongarem. Para este grupo de países, o apoio aos mais vulneráveis irá exigir a redefinição das prioridades em matéria de despesa, por exemplo, ao cortar nas despesas não essenciais, tais como subsídios supérfluos a empresas estatais. O melhor direcionamento das redes de segurança sociais, com foco nos mais vulneráveis, poderia complementar subsídios implementados de forma eficiente. Os exportadores líquidos de petróleo têm a oportunidade de usar os ganhos fiscais criados pelo aumento dos preços do petróleo para criar amortecedores fiscais e apoiar a recuperação e os mais vulneráveis. Onde a recuperação seja fraca, os países podiam usar sabiamente a sua margem de manobra fiscal suplementar, dando prioridade aos gastos sociais específicos e ao investimento produtivo para criar as bases de um crescimento futuro mais célere. Contudo, para muitos países, percorrer este caminho sinuoso irá exigir apoio decisivo da comunidade internacional e a cooperação global para evitar uma crise humanitária e da dívida.
- *Restabelecer e reconfigurar a ISSD e o Quadro Comum, intensificar os esforços para acelerar as reformas da governação e fortalecer a gestão das finanças públicas para lidar com os problemas estruturais da crescente dívida pública em África.* A dívida pública elevada ameaça os esforços de recuperação no continente e está a atrasar as perspetivas de criação de crescimento económico elevado e sustentável. A resposta da política interna continua condicionada pela margem de manobra fiscal limitada no meio das crescentes pressões sobre as despesas do setor social. Por conseguinte, é imperativo que a comunidade global reconsidere o fim do quadro da ISSD que foi concebido para proporcionar alívio temporário aos países que enfrentam um sobre-endividamento crescente. Uma ISSD e um Quadro Comum reconfigurados irão limitar o impacto na dívida pública de África da desvalorização das moedas nacionais devido à incerteza global alimentada pela guerra Rússia–Ucrânia e aos efeitos colaterais da implementação de políticas monetárias restritivas nas economias avançadas. Os países africanos precisam de acelerar as reformas da governação e de melhorar a gestão das finanças públicas de

modo a responder de forma decisiva às suas vulnerabilidades recorrentes em termos de dívida. Estas ações exigem a criação de instituições orçamentais fortes para mobilizar de forma eficiente os recursos internos, efetuar despesa pública adequada, bem como implementar uma gestão da dívida e orçamentação rigorosas. O fortalecimento da relação entre a dívida, o crescimento e a governação irá ajudar a maximizar os dividendos do crescimento dos investimentos públicos financiados pela dívida.[15] Por fim, os países precisam de melhorar a transparência da sua dívida através da atualização das suas estatísticas de endividamento em geral, especialmente sobre a dívida das empresas estatais. Dado que as consequências da guerra na Ucrânia estão a agravar os desequilíbrios macroeconómicos e as vulnerabilidades da dívida em todo o continente, a implementação eficaz de iniciativas globais para o alívio e resolução da dívida é fundamental para evitar uma onda de crises da dívida.

- *Reduzir a dependência num único fornecedor de alimentos.* Uma lição a retirar da guerra Rússia–Ucrânia é que os países deviam diversificar as fontes das importações de bens essenciais e mercadorias, tais como energia e alimentos, para construir resiliência contra choques idiossincráticos. A resposta política de longo prazo à diversificação económica devia incluir o reforço da autossuficiência alimentar intra-africana. Isto será fundamental para construir resiliência económica a choques futuros. A Zona de Comércio Livre Continental Africana oferece oportunidades significativas para a diversificação do comércio e o desenvolvimento de redes comerciais nos principais mercados de produtos agrícolas e de produtos manufaturados de valor acrescentado menos voláteis.
- *Aumentar a produção local de cereais em África será importante para mitigar os riscos do abastecimento global.* O apoio aos pequenos agricultores africanos pode desencadear uma revolução agrícola para alimentar África, especialmente nas áreas urbanas. É forçoso que os países africanos proporcionem aos agricultores amplo acesso a financiamento sustentável, melhores tecnologias de produção alimentar, especialmente sementes certificadas e adaptadas a condições climáticas extremas, expansão sistemática de larga escala, e serviços de mecanização, para impulsionar a produção alimentar. Além disso, os preços dos alimentos podem ser estabilizados a curto prazo através da disponibilização e reposição específicas de reservas alimentares estratégicas. Estas intervenções muitas vezes funcionam melhor se reunirem o setor privado, a comunidade internacional, os centros de investigação nacionais e internacionais, e os governos.

ANEXO 1 APÊNDICE ESTATÍSTICO

TABELA A1.1 Crescimento do PIB real (percentagem)

	Estimativas para abril 2022			
	2020	2021 estimativa	2022 projeção	2023 projeção
África Central	–0,5	3,4	4,6	4,3
Camarões	0,5	3,5	3,8	4,1
Chade	–2,2	0,6	2,9	3,2
Congo	–8,1	–0,2	4,3	3,2
Congo, Rep. Dem.	1,7	5,7	6,2	6,5
Gabão	–1,8	1,3	3,3	3,4
Guiné Equatorial	–4,9	1,4	5,0	–1,9
República Centro-Africana	1,0	0,7	3,8	3,9
África Oriental	1,5	4,8	4,7	5,5
Burundi	–1,0	2,3	3,6	4,6
Comores	0,2	1,9	2,5	3,2
Djibuti	1,2	3,9	3,4	5,2
Eritreia	–0,6	2,9	4,7	3,6
Etiópia	6,1	5,6	4,8	5,7
Quénia	–0,3	6,7	5,9	5,5
Ruanda	–3,4	10,0	6,9	7,9
Seicheles	–7,7	7,9	5,0	5,9
Somália	–0,3	2,0	3,0	3,6
Sudão	–3,6	0,5	2,5	4,5
Sudão do Sul	13,2	–6,0	5,3	6,5
Tanzânia	4,8	4,9	5,0	5,6
Uganda	–1,5	6,0	4,6	6,2
Norte de África	–1,3	11,7	4,5	4,2
Argélia	–4,9	4,0	3,7	2,6
Egito	3,6	3,3	5,7	5,1
Líbia	–59,7	177,3	3,5	4,4
Marrocos	–6,3	7,2	1,8	3,3
Mauritânia	–1,8	3,9	4,8	4,6
Tunísia	–8,7	3,4	2,5	3,2
África Austral	–6,0	4,2	2,5	2,4
África do Sul	–6,4	4,9	1,9	1,4
Angola	–5,4	0,7	2,9	3,5
Botsuana	–8,7	12,5	4,2	4,4
Lesoto	–7,6	1,0	2,5	2,8
Madagáscar	–7,1	3,3	5,0	5,4
Malawi	0,9	2,5	2,8	4,0
Maurícia	–14,9	4,0	6,2	5,6
Moçambique	–1,2	2,2	3,7	4,5
Namíbia	–7,9	2,4	2,6	3,5
São Tomé e Príncipe	3,1	2,2	1,5	3,2
eSwatini	–1,9	3,2	2,2	1,8
Zâmbia	–3,0	4,0	3,2	3,8
Zimbabwe	–5,3	6,3	3,5	3,3
África Ocidental	–0,6	4,3	4,1	4,2
Benim	3,8	7,0	6,1	6,4
Burquina Faso	1,9	6,7	5,0	5,4
Cabo Verde	–14,8	7,1	5,1	5,7
Costa do Marfim	2,0	7,4	6,0	6,7
Gâmbia	–0,2	5,5	4,8	5,8
Gana	0,4	5,0	5,3	5,1
Guiné	6,4	4,3	4,9	5,7
Guiné-Bissau	–1,4	3,8	3,7	4,5
Libéria	–3,0	3,3	3,5	4,3
Mali	–1,2	3,2	2,1	5,4
Níger	3,5	1,4	6,5	7,2
Nigéria	–1,8	3,6	3,4	3,0
Senegal	1,3	6,1	4,6	8,2
Serra Leoa	–2,0	3,2	4,0	4,2
Togo	1,8	6,0	5,8	6,8
África	–1,6	6,9	4,1	4,1
África (excluindo a Líbia)	*–1,2*	*4,2*	*4,1*	*4,1*
África (excluindo a Nigéria)	*–1,5*	*7,5*	*4,2*	*4,3*
Rubricas por memória				
Norte de África (incluindo o Sudão)	*–1,5*	*10,9*	*4,4*	*4,3*
África Subsariana	*–1,7*	*4,3*	*3,8*	*4,0*
África Subsariana (excluindo a África do Sul)	*–0,7*	*4,2*	*4,2*	*4,6*
Países exportadores de petróleo	*–1,0*	*8,1*	*4,4*	*4,1*
Países importadores de petróleo	*–2,4*	*5,3*	*3,7*	*4,1*

Fonte: Estatísticas do Banco Africano de Desenvolvimento.

TABELA A1.2 Agrupamentos de países

Países exportadores de petróleo	Outros países com utilização intensiva de recursos	Países sem utilização intensiva de recursos	Países dependentes do turismo	Países de baixo rendimento	Países de médio rendimento
Angola	África do Sul	Benim	Cabo Verde	Benim	África do Sul
Argélia	Botsuana	Burundi	Comores	Burquina Faso	Angola
Camarões	Burquina Faso	Cabo Verde	Maurícia	Burundi	Argélia
Chade	Congo, Rep. Dem.	Comores	São Tomé e Príncipe	Chade	Botsuana
Congo	Gana	Costa do Marfim	Seicheles	Congo, Rep. Dem.	Cabo Verde
Egito	Guiné	Djibuti		Eritreia	Camarões
Gabão	Libéria	Eritreia		Etiópia	Comores
Guiné Equatorial	Mali	Etiópia		Guiné	Congo
Líbia	Namíbia	Gâmbia		Guiné-Bissau	Costa do Marfim
Nigéria	Níger	Guiné-Bissau		Libéria	Djibuti
Sudão do Sul	Rep. Centro-Africana	Lesoto		Madagáscar	Egito
	Serra Leoa	Madagáscar		Malawi	Gabão
	Sudão	Malawi		Mali	Gâmbia
	Tanzânia	Marrocos		Moçambique	Gana
	Zâmbia	Maurícia		Níger	Guiné Equatorial
	Zimbabwe	Mauritânia		Rep. Centro-Africana	Lesoto
		Moçambique		Ruanda	Líbia
		Quénia		Serra Leoa	Marrocos
		Ruanda		Somália	Maurícia
		São Tomé e Príncipe		Sudão do Sul	Mauritânia
		Seicheles		Tanzânia	Namíbia
		Senegal		Togo	Nigéria
		Somália		Uganda	Quénia
		eSwatini			São Tomé e Príncipe
		Togo			Seicheles
		Tunísia			Senegal
		Uganda			Sudão
					eSwatini
					Tunísia
					Zâmbia
					Zimbabwe

NOTAS

1. A depreciação da moeda prosseguiu em 22 dos 37 países em 2021.
2. Entre as medidas "acima do limiar" encontram-se aquelas cujo custo total se reflete no défice orçamental, na dívida pública e nas necessidades de empréstimo acrescidas no curto prazo. Estas medidas incluem despesa adicional (por exemplo, serviços de saúde e subsídios de desemprego); subvenções de capital e transferências direcionadas (como subsídios salariais e transferências diretas); e medidas fiscais (por exemplo, cortes fiscais e outras medidas de apoio) implementadas através dos canais orçamentais habituais.
3. CNUCED 2021.
4. O COVAX visa aumentar a aquisição e produção de vacinas contra a COVID-19, assim como garantir o acesso justo e equitativo para todas as pessoas em todo o mundo. A iniciativa é codirigida pela Aliança Global de Vacinas, Gavi; pela Coligação para a Inovação na Preparação para Epidemias; e pela Organização Mundial de Saúde.
5. Goel e Nelson 2021.
6. Foi usada a seguinte especificação para estimar as respostas das infeções e mortes por COVID-19 aos impactos das taxas de vacinação (Jordà 2005):

$$lnC_{i,t+h} - lnC_{i,t-1} = \alpha_{i,h} + \gamma_{t,h} + \sum_{p=0}^{P} \beta_{h,p} V_{i,t-p} + \sum_{p=0}^{P} \tau_{h,p} X_{i,t-p} + \sum_{p=1}^{P} \sigma_{h,p} lnC_{i,t-p} + \varepsilon_{i,t+h}$$

   onde $lnC_{i,t+h}$ significa os casos ou mortes por COVID-19 per capita (em termos logarítmicos) no país i no dia $t + h$, com h sendo o horizonte temporal (h = 1, 2, …, 30). $lnC_{i,t-1}$ refere-se aos casos ou mortes por COVID-19 per capita (em termos logarítmicos) no dia $t - 1$. $V_{i,t-p}$ é a taxa de vacinação contra a COVID-19 no país i no dia $t - p$, onde p apresenta desfasamentos para explicar os valores anteriores. $lnC_{i,t-p}$ é usado para acompanhar a fase da pandemia no país. A especificação inclui duas semanas de desfasamento (p = 1, 2, …, 14). X_i refere-se ao vetor de variáveis de controlo, incluindo o rigor do confinamento, as campanhas de informação ao público, a testagem, a despistagem de contactos, bem como as políticas de uso da máscara e de proteção das pessoas idosas. $\varepsilon_{i,t+h}$ é o termo de erro.
7. OIT 2021.
8. Moghadas et al. 2021.
9. Leer 2021.
10. Bündnis Entwicklung Hilft 2021.
11. Eckstein, Kunzel, e Schafer 2021.
12. Lalthapersad-Pillay e Udjo 2014.
13. Banco Africano de Desenvolvimento 2021a.
14. Banco Africano de Desenvolvimento 2015.
15. Banco Africano de Desenvolvimento 2021b.

REFERÊNCIAS

Banco Africano de Desenvolvimento. 2015. *Africa's Climate Opportunity: Adapting and Thriving.* Abijão, Costa do Marfim: Banco Africano de Desenvolvimento. https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Events/COP21/The_African_Development_Bank_at_the_UNFCCC_COP21_meeting.pdf.

Banco Africano de Desenvolvimento. 2021a. *Annual Development Effectiveness Review 2021: A Resilient Continent Recovering from the Pandemic.* Abijão, Costa do Marfim: Banco Africano de Desenvolvimento. https://www.afdb.org/sites/default/files/news_documents/ader_2021_en_v17.pdf.

Banco Africano de Desenvolvimento. 2021b. *Perspetivas Económicas em África 2021: Da resolução da dívida ao crescimento: O caminho de África.* Abijão, Costa do Marfim: Banco Africano de Desenvolvimento.

Bündnis Entwicklung Hilft. 2021. *WorldRiskReport 2021.* Bochum, Alemanha: Universidade do Ruhr, em Bochum, Instituto de Direito Internacional da Paz e Conflitos Armados. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/2021-world-risk-report.pdf.

CNUCED (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio o Desenvolvimento). 2021. *World Investment Report 2021: Investing in Sustainable Recovery.* Nova Iorque: CNUCED.

Eckstein, D., V. Kunzel, e L. Schafer. 2021. "Global Climate Risk Index 2021: Who Suffers Most from Extreme Weather Events? Weather-related Loss Events in 2019 and 2000–2019." Bona, Alemanha: German Watch. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Global%20Climate%20Risk%20Index%202021_1_0.pdf.

Goel, R. K., e M. A. Nelson. 2021. "Drivers of Covid-19 Vaccinations: Vaccine Administration and Delivery Efficiency in the United States." *NETNOMICS: Economic Research and Electronic Networking* 22: 53–69.

https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s11066-021-09148-w.pdf.

Jordà, Ò. 2005. "Estimation and Inference of Responses by Projections." *American Economic Review* 95 (1): 162–182.

Lalthapersad-Pillay, P., e E. Udjo. 2014. "The Implications of Climate Change for Africa's Economic Development." *Journal of Economic and Financial Sciences* 7 (3): 871–888.

Leer, J. 2021. "Vaccines' Boost to Consumer Confidence Depends on Persuading Holdouts to Get Their Shots." *Morning Consult,* 22 November. https://morningconsult.com/2021/04/28/vaccine-consumer-confidence-holdouts/.

Moghadas, S.M., T.N. Vilches, K. Zhang, C.R. Wells, A. Shoukat, B.H. Singer, L.A. Meyers, K.M. Neuzil, J.M. Langley, M.C. Fitzpatrick, and A.P. Galvani. 2021. "The Impact of Vaccination on COVID-19 Outbreaks in the United States." *Clinical Infectious Diseases* 73 (12): 2257–2264.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2021. "ILO Monitor: COVID-19 and the World of Work. Eighth edition. Updated estimates and analysis." Genebra: ILO. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_824092.pdf.